

PRISCILA LOPES PONTINHA

**TRABALHO EM CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO – UM DIÁLOGO COM A
REALIDADE DO PARANÁ**

**CURITIBA
2006**

PRISCILA LOPES PONTINHA

**TRABALHO EM CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO – UM DIÁLOGO COM A
REALIDADE DO PARANÁ**

Monografia apresentada ao Curso de
Direito, Setor de Ciências Jurídicas da
Universidade Federal do Paraná, como
requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof^a Aldacy Rachid
Coutinho

**CURITIBA
2006**

Garantam a justiça para os fracos e para os órfãos, mantenham o direito dos necessitados e dos oprimidos.

Salmo 82.3

Agradecimentos

A Deus, a lâmpada de meus pés e a luz do meu caminho.

A meus pais e irmãos, pelo apoio incondicional.

A Professora Aldacy, pelo exemplo pessoal.

A Vanessa Martini, pelo amor traduzido em palavras e, sobretudo, em atitudes.

A Guilherme G. Ferreira, amigo de luta pelos mesmos sonhos.

Aos amigos do Prado, por terem sido família neste tempo.

Aos amigos do meu cotidiano acadêmico, por terem se tornado irmãos.

Ao Projeto SAJUP, que me impulsionou a buscar impossíveis.

Aos Drs. Ricardo Bruel da Silveira, Juliana Sternadt Reiner e Michael R. Reiner, que me aproximaram do meu sonho.

A você, que hoje me ensina a caminhar.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	iv
RESUMO.....	v
INTRODUÇÃO	1
1. A ESCRAVIDÃO NO BRASIL DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XIX	4
2. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO.....	11
2.1 Considerações sobre o crime de redução a condição análoga à de escravo – artigo 149 do Código Penal	11
2.2 A polêmica em torno do conceito e denominação	17
3. OS TRAÇOS DA ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA.....	21
3.1 Traços da escravidão contemporânea no Paraná – descrição de uma realidade	21
3.2 A atuação do Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região	27
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
5. REFERÊNCIAS.....	35
ANEXO I.....	40
ANEXO II.....	51
ANEXO III.....	56
ANEXO IV	60

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – Providências em PI's	29
GRÁFICO 2 – Andamentos em Ações Cíveis Públicas	30
TABELA 1 - Trabalhadores Libertados 1995 – 2005 (SIT/MTE)	30

RESUMO

Análise da escravidão contemporânea, em contraposição à escravidão praticada no Brasil durante os séculos XVI ao XIX, sob enfoque crítico, tendo em conta para tanto a nova redação do artigo 149 do Código Penal que define o conceito jurídico de “redução a condição análoga a de escravo”, uma vez que a escravidão enquanto exercício do direito de propriedade sobre outrem foi extinta com a Lei Áurea de 1988. Discorre-se sobre a polêmica em torno da conceituação desta figura e dos elementos que a compõe, como o trabalho degradante, o trabalho forçado e o trabalho escravo contemporâneo propriamente dito. Descreve-se como ocorre a escravização de trabalhadores no Paraná, a iniciar-se com o aliciamento e a resultar na servidão por dívida. Situa-se a ocorrência de casos de escravização contemporânea no estado paranaense no setor madeireiro de cultura do *pinus*. Analisa-se a atuação do Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região quanto ao combate à prática do labor em condição análoga á de escravo, com o acompanhamento do resultado das investigações instauradas e ainda em curso.

Palavras-chave: Escravidão Contemporânea; Paraná; Ministério Público do Trabalho.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é, sem dúvida, resultado de experiências acadêmicas. Foi através do projeto de extensão SAJUP – Serviço de Assessoria Jurídica Popular – que se manteve contato com a realidade do Município de Itaperuçu, região metropolitana de Curitiba.

Itaperuçu é dono de um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) de todo Paraná¹, fazendo parte do “bolsão de pobreza” do Vale do Ribeira. Foi neste local, precisamente em sua zona rural, que pude perceber que as relações trabalhistas podem ser levadas ao extremo da exploração por conta de um princípio “natural”: o princípio da necessidade. Necessidade de alimento, água, dinheiro e mais alguns outros elementos que vão compor a necessidade de sobrevivência.

Por essa razão, neste trabalho mesclado pelo subjetivo e objetivo, pela razão e emoção, aborda-se o tema da escravidão contemporânea.

Recentemente, anunciou a manchete de uma famosa revista de âmbito internacional que em todo mundo existem mais de “(...) 27 milhões de pessoas que são compradas e vendidas, mantidas em cativeiro, agredidas e exploradas”². A manchete, neste caso, não mente. O problema ainda existe, para além de já ter sido a escravidão extinta em todo mundo.

Convido o leitor a mergulhar na realidade dessas pessoas quase invisíveis, sem direitos, sem dignidade, mas que vivem ao nosso lado³.

O primeiro capítulo deste trabalho faz uma referência à memória, pois quando se fala em *escravidão* não é raro que sejamos transportados para o período de grandes colônias e Estados recém-formados que se utilizavam da mão-de-obra, sobretudo, negra e escrava. Por conta disso, inicialmente trataremos deste marco histórico brevemente expondo as facetas da escravidão que vigorou no Brasil durante os séculos XVI - XIX.

Pode-se, em seguida, observar que a escravidão contemporânea mudou de

¹ Informações prestadas pela ONG Centro de Treinamento Monte Horebe, que atua em Itaperuçu desde 1984.

² COCKBURN, Andrew. Revista National Geographic Brasil. *Em pleno século 21, existem no mundo 27 milhões de escravos*, p. 58.

³ Vale ressaltar que o município de Itaperuçu dista somente 26 km do centro de Curitiba.

perfil em relação àquela praticada nos séculos XVI - XIX. Se antes a escravidão possuía cor, em geral a negra como predominante, hoje a escravidão já não olha mais pra origem do sujeito passivo, mas sim para sua condição econômica: a pobreza, a miséria empurra o sujeito à escravidão. Com ironia, ao tratar sobre esse tópico, Luís Antônio Camargo de MELO afirmou que a escravidão contemporânea é hoje muito **democrática**⁴.

Assim, no segundo capítulo trata-se de algumas das alterações jurídicas pertinentes ao tema, primeiramente, sobre o artigo 149 do Código Penal. Este é o instrumento mais recente para compreender o que o direito pretende punir enquanto “redução a condição análoga à de escravo”, bem como para o que a doutrina define como conteúdo da figura estudada.

Passa-se então ao tema propriamente dito, ou seja, no terceiro capítulo será descrita a realidade do Paraná no que concerne ao trabalho em condição análoga à de escravo, com os relatos sobre como o trabalhador é levado a esta situação por aqueles que, através de belas promessas, conquistam a confiança dos obreiros e os levam ao cativeiro.

Vale ressaltar que o faturamento anual dos setores que se beneficiam deste tipo de labor chega a 13 (treze) bilhões de dólares⁵. Logo, torna-se relevante localizar qual o setor econômico em que predominantemente encontra-se essa forma de exploração do labor humano no estado paranaense.

Por fim, serão vistas quais as estratégias recentemente utilizadas para o combate do trabalho escravo adotadas pelo Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região (MPT/PR) e quais têm sido os resultados desta atuação.

Evidencia-se a atualidade da temática, quer no âmbito estadual – como é nosso foco – quer no âmbito nacional. Tanto o é que ainda não encontrou fim a contenda sobre a tramitação do Projeto de Emenda Constitucional nº 438/2001, o qual alteraria o artigo 243 da Constituição da República para prever também ao explorador de trabalho escravo a pena de expropriação de terras – o que já ocorre no caso de terrenos para cultivo de plantas psicotrópicas para fins ilícitos. Contudo,

⁴ MELO, Luis Antônio Camargo de. Palestra *O Trabalho Escravo e os Direitos Humanos* proferida no evento *Direitos Humanos Encontro Brasileiro – Uma Pós-Graduação em realidade*, realizado no Centro de Convenções de Curitiba/PR, em 02/08/2006.

⁵ COCKBURN, A. *Op. cit.*, p. 77.

pouca fé na aprovação da PEC nº 438/2001 possuem aqueles que diariamente lidam com esta temática, o que nos aponta para a relevância da continuidade da discussão sobre o tema do trabalho escravo contemporâneo.

1. A ESCRAVIDÃO NO BRASIL DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XIX

*Vende-se [...] bonita peça sem defeitos, próprio para todo e qualquer trabalho ou ofício.*⁶

A primeira impressão que causa a leitura do anúncio acima é que se está diante da oferta de um objeto, um simples material para o exercício de uma atividade. Coerente seria pensar em algum instrumento, tal como um machado, ou martelo. Enfim, algo inanimado que, ressalte-se, não possuía defeitos e fosse, talvez, uma peça nova, recém-produzida.

Mas este anúncio – publicado no Diário de São Paulo de 27 de fevereiro de 1870 – é um pouco diferente em sua redação original: “Vende-se **um escravo** [...] bonita peça sem defeitos, próprio para todo e qualquer trabalho ou ofício”⁷.

Não se tratava de uma enxada. Tratava-se de um “instrumento” animado, uma “bonita peça” capaz do exercício de qualquer trabalho. O anúncio não se prestava a oferecer o que se poderia considerar um ser humano, mas um simples escravo.

A escravidão na Antigüidade foi legitimada pela lei do mais forte, na realidade, era entendida como um avanço em relação à simples condenação de morte daquele que era derrotado. Como este trabalho não se propõe a remontar à visão da dita época, cabe somente ser ressaltado que a escravidão veio a atingir a sociedade Moderna, bem como a Contemporânea, como algo natural, espontâneo e que, conseqüentemente, não precisava de questionamento:

*A instituição da escravidão foi universal durante boa parte da história. Era uma tradição a que todos estavam habituados. Parecia essencial à vida social e econômica da comunidade; a consciência humana raramente se abalava com isso. Senhor e escravo viam isso como inevitável.*⁸

Desta forma, natural também foi a introdução de escravos no Brasil Colonial e Imperial, primeiramente, com a escravidão indígena e, em seguida, de modo mais significativo com a escravidão de negros africanos – a qual se abordará.

O Estado Brasileiro, durante todo o período do ano 1500 ao ano 1888, define-se como um Estado Escravista. Isso significa dizer que a sua estrutura econômica

⁶ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra no Brasil*, p. 35.

⁷ QUEIROZ, S. R. R. Idem. *Ibidem*. Grifou-se.

⁸ MELTZER, Milton. *História Ilustrada da Escravidão*, p. 19.

estava baseada na mão-de-obra escrava, sendo este, portanto, o modo de produção dominante.

A História não define claramente quando foi a primeira data em que os escravos africanos foram trazidos ao solo brasileiro. Especula-se nos bastidores históricos que tal marco não teria sido anterior ao ano de 1531 e não posterior ao ano de 1548⁹.

Ser escravo envolvia uma concepção legal. Para o período do qual se trata, o “escravo”, conforme leciona MELTZER, é:

(...) um homem que é propriedade de outro. Propriedade é algo – terra, bens, dinheiro – de que alguém tem um título legal. E o proprietário tem o direito exclusivo de possuir, usufruir e dispor de sua propriedade.

*Assim como o gado, um escravo pode ser comprado, vendido, alugado, dado como presente ou herdado. **Pois, teoricamente, em termos legais um escravo não é uma pessoa. Na maioria das culturas, ele não dispunha de nenhum direito individual nem de qualquer proteção legal. A lei preocupa-se com ele apenas para garantir a sua completa submissão a seu senhor.***¹⁰

De igual forma, o anúncio anteriormente transcrito deixa evidente a condição do escravo na sociedade. Este não era compreendido como uma pessoa, como um sujeito de direito.

Em contrário, o escravo era uma simples **coisa**, sob a qual incide o direito de propriedade e da qual o dono pode dispor. Isto porque a vida do trabalhador compulsório era um instrumento nas mãos daquele que o comprou, a própria lei não reconhecia personalidade ao cativo.

Ademais, uma vez considerado seu valor comercial, o escravo era uma **mercadoria**, um instrumento que devia ser apto e pronto para todo tipo de trabalho. Por esta razão, falar em tráfico de escravos era, neste período, o mesmo que tratar sobre o **comércio**: “O tráfico cumprira o seu papel: juntamente com o trabalho compulsório propiciara ao sistema capitalista a acumulação necessária ao salto qualitativo que se iniciaria com a Revolução Industrial”¹¹.

A própria introdução do escravo no Brasil-Colônia tinha como objetivo viabilizar a produção/extração de gêneros como cana-de-açúcar e posteriormente minérios e café, em larga escala para a exportação. Evidentemente, as condições de trabalho em todos estes ciclos econômicos citados eram péssimas.

⁹ Ver PEREGALLI, Enrique. *Escravidão no Brasil*, p. 21.

¹⁰ MELTZER, M. *Op. cit.*, p. 17. Grifou-se.

¹¹ QUEIROZ, S. R. R. *Op. cit.*, p. 19.

Os centros urbanos, que também abrigavam cativos, não eram contrapontos à escravidão que se passava nos campos. Eram sim uma extensão do sistema de produção, de modo diferenciado.

Na cidade, a escravidão se desenrolava de três modos básicos: o trabalho interno nas casas dos senhores, o aluguel dos escravos excedentes aos que não os possuíam e o chamado “negro de ganho” que consistia na realização pelo escravo de pequenos serviços remunerados com a entrega dos ganhos ao seu senhor ao final do dia¹²: “Como os senhores exigiam uma certa quantia até o final do dia, os escravos trabalhavam mais do que bestas, transportando sacas de café e engradados. Se não atingissem a cota do dia, eram punidos”¹³.

A conseqüência lógica deste quadro é que embora o negro cativo fosse essencial para o desenvolvimento econômico do país, tinha desprezado todo o seu subjetivo, não era alguém, não lhe era atribuído humanidade nem mesmo no seu cotidiano.

A base do escravagismo estava na violência embutida nas relações. Em primeiro plano, a vida do escravo era permeada pela violência, coerção e repressão. A agressão iniciava-se na retirada do negro do solo africano para uma viagem, muitas vezes fatal, para o Brasil. Não são desconhecidas as péssimas condições em que eram transportados os que eram capturados. Como não se ficar desconcertado diante do fato de que os escravos eram transportados em caravanas, nos porões imundos de navios, amarrados pelo pescoço com tiras feitas de pele de animais em espaços minúsculos, não muito maiores que as dimensões de um caixão. As condições eram tão desumanas que boa parte da “carga humana” perecia na própria viagem ao Brasil:

Calcula-se que 25% dos escravos morriam no caminho e mais outros 25% resultante da guerra entre caçadores e caçados em terras africanas. Podemos, agora com mais liberdade, apresentar um quadro geral do tráfico para a América e para o Brasil.

	AMÉRICA	BRASIL
século XVI	900.000	100.000
século XVII	2.750.000	600.000
século XVIII	7.000.000	1.300.000
século XIX	4.000.000	1.600.000
Subtotal	13.750.000*	3.600.000*
Mortes no trajeto	3.437.500	900.000
Mortes na África	3.437.500	900.000

¹² Ver QUEIROZ, S. R. R. *Op. Cit.*, p. 30-34.

¹³ MELTZER, M. *Op. Cit.*, p. 291.

Total 20.625.000 5.400.000
 * Fontes: GUNDER FRANK, André A Acumulação Mundial. 1492-1789.
 TAUNAY, Afonso. Subsídio para a história do tráfico africano no Brasil.¹⁴

Ainda sobre o perecimento de negros nas grandes viagens até o destino de escravidão, um famoso caso que foi julgado pelo Supremo Tribunal britânico, em 1783, tendo como resultado a rara conclusão de que os escravos não eram mercadorias. Raro, pois o tratamento dispensado aos cativos continuou sendo o de que estes eram equivalentes à mercadoria.

O capitão ordenou que 133 escravos se lançassem ao mar vivos. Estavam “doentes ou fracos, ou provavelmente não viveriam”, argumentou. Se morressem de morte natural a bordo do navio, os proprietários arcariam com a perda. Mas se fossem jogados vivos ao mar, o seguro cobriria a perda. Os seguradores finalmente recusaram-se a pagar e o caso foi a julgamento. O júri votou a favor dos proprietários, com base em que “o caso dos escravos era como se cavalos tivessem sido jogados ao mar”. Os seguradores apelaram da sentença. Mansfield, o presidente do Supremo Tribunal britânico, admitiu que a lei apoiava os proprietários. Mas neste “caso chocante”, ajuizou, aplica-se uma “lei maior”. Decidiu em favor dos seguradores. Pela primeira vez, um tribunal decidiu que os escravos não mais seriam considerados mercadorias.”¹⁵

Outrossim, a violência física os impulsionava ao trabalho, uma vez que diante da suposta preguiça para o desenvolvimento da atividade laboral, o escravo sentia na pele os castigos pela sua falta de afinco no trabalho. A menor falta cometida era punida com açoites – punição que somente foi extinta em 1886, dois anos antes da abolição formal da escravatura. Ou mesmo a agressão era sentida através das punições físicas utilizadas para reprimir as tentativas de resistência contra a escravidão.

Gargalheiras de ferro no pescoço, bolas também de ferro presas aos pés, torturas atrozes como a de ser imobilizado junto a um formigueiro ou lentamente afogado nas águas de um rio: assim podia sofrer o escravo que compromettesse a produção ou se insurgisse contra a repressão.”¹⁶

Destaca-se ainda a violência moral, pois, conforme já exposto, o escravo tinha sua identidade negada, era compreendido como uma coisa, uma mercadoria, que poderia ser negociada sem que fosse levado em conta qualquer tipo de aspecto subjetivo. MELTZER relata, nesta esteira, que ao “(...) negar humanidade de um homem, a escravidão impede-o de desenvolver um senso de dignidade humana”¹⁷.

¹⁴ PEREGALLI, E. *Op. Cit.*, p. 51.

¹⁵ MELTZER, M. *Op. cit.*, p. 260. Grifou-se.

¹⁶ QUEIROZ, S. R. R. *Op. cit.*, p. 39-40.

¹⁷ MELTZER, M. *Op. cit.*, p. 17.

Ainda, as agressões verbais visavam trazer à consciência do escravo a sua posição na sociedade cujo tratamento era próximo ao tratamento de um animal. Como ressalta Suely QUEIROZ, “(...) a jornada de trabalho chegava à exaustão física, fornecendo a quem observasse uma imagem de pesadelo no qual fogo, suor, negros, correntes, rodas e caldeiras ferventes misturavam-se indistintamente”¹⁸.

Restava então ao escravo recorrer ao espiritual, pois somente algo divino poderia salvá-lo da condição que se encontrava. Não eram raros os casos de aborto ou suicídio quando acabava a esperança do cativo de ver-se livre das amarras impostas.

Além da violência, o cotidiano do escravo estava pautado na arbitrariedade. Não havia garantias que lhe pudessem ser dadas. Em contrário, existia o constante sentimento de ameaça, de possibilidade de agressão. A vontade soberana do seu senhor trazia ao escravo a sensação de permanente insegurança. Como explica CÔRREA:

*Ao adquiri-los, era comum o senhor submetê-los a uma desumana sessão de tortura, para intimidá-los e torná-los totalmente submissos. O trabalho era extenuante, e os castigos, freqüentes e cruéis. A vida se lhes tornava insuportável*¹⁹.

O próprio isolamento das fazendas e dos locais de trabalho deixava os escravos à mercê dos seus senhores. A forma de tratamento na relação senhor-escravo certamente apresentava algumas variações de um núcleo familiar para outro. Contudo, o direito absoluto de propriedade – e toda a forma de imposição deste direito – este sim era constante.

Assim, não é de estranhar que os escravos tivessem dificuldade de articular a resistência ao trabalho compulsório. Com alimentação insuficiente e de má-qualidade, com carga excessiva de trabalho e quase sem possibilidade de comunicação, a revolta possuía um caráter passivo, individual.

É adequado destacar que, durante bom período, o próprio Poder Judiciário legitimou a escravidão, através de decisões que tornavam evidentes a interpretação restritiva da legislação vigente. Lenine NEQUETE analisou questões jurídicas surgidas poucos anos antes da abolição da escravatura no Brasil, tal como a dureza

¹⁸ QUEIROZ, S. R. R. *Op. cit.*, p. 27.

¹⁹ CÔRREA, Luiz Fabiano. *A escravidão no Brasil*. Revista de Direitos Difusos – Escravidão e exploração humana, p. 3264.

dos Tribunais ao reduzir novamente à servidão escravos que após terem sido alforriados, agissem com ingratidão para com seus senhores, seja essa “ingratidão pessoal em sua presença, ou em sua ausência, quer seja verbal, quer de feito e real”²⁰.

Outro exemplo da resistência do Poder Judiciário em aceitar os ventos abolicionistas está na Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, a chamada Lei do Ventre Livre, que em seu artigo 8º determinava que os senhores procedessem à matrícula de seus escravos, sob pena serem considerados livres os não matriculados, conforme o disposto no §2º deste mesmo artigo: “Os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados não forem dados à matrícula, até um ano depois do encerramento desta, serão por êste fato considerados libertos”.

*O que jamais se poderia imaginar é alguém, numa ação dessas, invocasse – e obtivesse tornassem os escravos ao seu domínio – a ignorância da mesma lei como causa para a omissão da referida matrícula. Ora, não foi outra coisa o que ocorreu em Pitangui (Minas Gerais), em 1875 (...) a ação de escravidão, repelida em 30 de outubro de 1875 pelo juiz de direito Francisco de Paula Prestes Pimentel – mas acolhida pela Relação de Ouro Preto em 3 de novembro de 1876*²¹.

Enfim, a visão do Judiciário, apesar da gradual produção legislativa que apontava para a iminente abolição da escravatura, era a de que embora triste a condição do escravo, mais perigoso seria a alteração desse quadro:

*(...) se é triste o fato da escravidão e justa a sua refletida extinção, mais tristes e fatais podem ainda ser as conseqüências resultantes de alguma imprudência tendente a destruí-lo; julgo por estas razões a libertanda carecedora do pretendido direito de alforria (...)*²².

Não é objeto de nosso trabalho o estudo das razões ou mesmo dos acontecimentos históricos que levaram ao fim formal da escravidão em 1888, com a tão propalada Lei Áurea²³, bem como a forma de trabalho que se seguiu, o colonato.

Cumpramos observar que o período era de transição e o término da escravidão deveria acontecer de modo lento, gradual e, sobretudo, sem qualquer compensação.

²⁰ NEQUETE, Lenine. *Escravos & Magistrados no 2º Reinado: aplicação da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871*, p. 11. Cumpre esclarecer que essa ação de escravidão tinha por base a regra da Ord. L. 4.º, Tít. 63, como cita o referido autor.

²¹ NEQUETE, L. *Op. cit.*, p. 39.

²² NEQUETE, L. *Idem*, p. 87.

²³ “LEI Nº 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888.

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.”

Extraído de < www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1851-1900/L3353.htm>, consultado em 07/09/2006.

Para Nabuco de Araújo, cuja participação nas formulações e resoluções definidas na ocasião é notória, uma abolição imediata e simultânea “precipitaria o país num abismo profundo e infinito”. “Como garantir a ordem pública – dizia Nabuco – contra uma massa de dois milhões de indivíduos cujo primeiro impulso seria o abandono do lugar aonde suportou a escravidão; para os quais a primeira prova de liberdade seria a vadiagem? Como suprir o trabalho? Seria som os mesmos libertos? Quando muito tornando a si do entusiasmo dos primeiros dias, se prestassem ao serviço pelo salário, outros pela preguiça e indolência seriam sempre vadios e vagabundos; outros naturalmente prefeririam os cômodos da cidade”.²⁴

As preocupações agora eram outras. Eram a ordem e o progresso como um todo. A escravidão acabara. Ou não?

²⁴ LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*, p. 111-112.

2. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

2.1 Considerações sobre o crime de redução a condição análoga à de escravo – artigo 149 do Código Penal

A escravidão, a rigor, não existe mais. Embora possa parecer incorreta esta assertiva – ainda que por puro impulso prático – ela é verdadeira. Isto porque se trata a escravidão de um conceito jurídico que não mais subsiste, conforme leciona HUNGRIA:

*Refere-se o texto legal à “condição análoga à de escravo”, deixando bem claro que não se cogita de redução à ‘escravidão’, que é um conceito jurídico, isto é, **pressupondo a possibilidade legal do ‘domínio’ de um homem sobre outro**. O ‘status libertatis’ como estado de direito, permanece inalterado, mas, ‘de fato’, é suprimido.²⁵*

A escravidão pressupõe o exercício do direito de propriedade sobre outrem. De forma que a redação do tipo penal está a indicar a plena impossibilidade de disposição de um ser humano em relação a outro. Nestes termos, a redução a condição análoga à de escravo de que trata o artigo 149 do Código Penal não está a compor uma situação de **direito**, mas sim uma situação **fática**.

Historicamente, a preocupação sobre a forma escravagista de labor nem sempre foi contemplada nas codificações brasileiras, vindo a experimentar omissões e alterações em seu conteúdo:

No Brasil, o Código de 1830, servindo à instituição legal da escravidão, incriminava o fato de “reduzir a escravidão pessoa livre, que se achar em posse de sua liberdade”. O Código de 1890, porém, era inteiramente alheio ao plágio, mesmo no seu conceito moderno. Omissa a respeito era também o Projeto SÁ PEREIRA (em qualquer de suas edições). O Projeto ALCÂNTARA (mantido, neste ponto, pela Comissão Revisora, que se limitou a diminuir o máximo da pena cominada), incluía entre os crimes contra a liberdade pessoal o fato de “reduzir alguém a condição à de escravo”²⁶

O citado projeto ALCÂNTARA MACHADO, de 1938, deu base à redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, que previa: “Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo: Pena – reclusão, de dois a oito anos”.

²⁵ HUNGRIA, Nélson. *Comentários ao Código Penal*, p. 191. Grifou-se.

²⁶ HUNGRIA, N. Idem. *Ibidem*.

Ressalte-se que esta econômica redação do crime de redução a condição análoga à de escravo, conhecido também pelo nome de plágio²⁷, dava ao tipo a feição de tipo penal aberto²⁸, a permitir certa discricionariedade ao operador do direito. A saber, diferentes interpretações poderiam ser dadas a este conceito no momento de subsumir o fato concreto à norma.

Entretanto, a indeterminação do conceito jurídico levou à **ineficácia**²⁹ deste dispositivo. Neste sentido, Sara Corrêa FATTORI leciona que a “(...) generalidade da expressão ‘condição análoga à de escravo’ (...) dificulta, muitas vezes, a tipificação penal da situação no crime previsto no art. 149 do Código Penal Brasileiro”³⁰. Pertinente destacar que a impropriedade do tipo poderia ser amparada constitucionalmente, face ao princípio transcrito no artigo 5º, inciso XXXIV de que não há crime sem lei anterior que o defina.

É por conta desta consequência que a doutrina passou a defender que “qualquer especialização do tipo penal seria bem-vinda, diante da lacônica redação original do art. 149 do CP”³¹.

E a inovação veio. Foi feita através da Lei nº 10.803/2003, a qual reformou a redação do citado dispositivo para passar à vigência com redação nos seguintes

²⁷ “A palavra ‘plagium’, etimologicamente, vem do verbo ‘plagiare’, que na Roma antiga significava a compra de um homem livre sabendo que o era, e retê-lo em servidão ou utilizá-lo como próprio servo”. Trecho extraído de PIERANGELI, José Henrique. *Manual de direito penal brasileiro: parte especial (arts. 121 a 234)*, p. 256.

²⁸ “São distintas as noções de lei penal em branco e tipo penal aberto (...) O segundo consiste no tipo legal que contém palavras ou expressões dependentes do exame de elementos exteriores ao tipo para aferir a ilicitude da conduta. Enquanto a primeira é integrada por uma norma de Direito, **o outro é avaliado pelo juiz, em cada caso concreto, através das normas de cultura**”. Extraído de DOTTI, René Ariel. *Curso de direito penal: parte geral*, p. 225-226. Ainda sobre o tipo penal aberto: “(...) há casos em que o tipo não individualiza totalmente a conduta proibida, exigindo que o juiz faça, para o que deverá recorrer a normas ou regras gerais, que estão fora do tipo penal”. Retirado de ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. *Manual de direito penal brasileiro: parte geral*, p. 424.

²⁹ A corroborar esta conclusão, destaque-se: “Conseqüentemente, o crime de trabalho forçado, capitulado em nosso Código Penal, entretanto, está sendo considerado de difícil condenação, pois não houve até hoje mais do que três condenações no Brasil e que já foram afastadas por questões de competência do juízo comum para julgar esse crime. Portanto, não se tem notícia, pelas fontes hoje existentes, de uma condenação em crime de manter alguém em condição análoga à de escravo. Com isso, surge a necessidade de modificação da legislação...” (AZEVEDO, Flávio Antônio Gomes e CACCIAMALI, Maria Cristina. *Dilemas da erradicação do trabalho forçado no Brasil*. Revista de Direito do Trabalho, p. 159).

³⁰ FATTORI, Sara Corrêa. Congresso Internacional de Direitos Humanos. *Entre Velhas e Novas Formas de Escravidão - Formas de Exploração Humana no III Milênio*. Revista de Direitos Difusos, p. 3126.

³¹ FELICIANO, Guilherme Guimarães. *Do crime de redução a condição análoga à de escravo, na redação da Lei nº 10.803/2003*. Revista de Direito do Trabalho, p. 81-82.

termos:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I - contra criança ou adolescente;

II - por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

Se na redação anterior a fundamentação basilar do tipo residia na infringência do *status libertatis* com a sujeição completa do sujeito passivo³², já com a reforma da regra, o pressuposto passa também a firmar-se no *status dignitatis*. Esta fusão anuncia então uma mudança de paradigma: o tipo penal não está somente a proteger o **trabalho livre**, mas também o **trabalho digno**³³.

Tal como a redação antiga, o crime se aperfeiçoa mesmo com o consentimento do ofendido, uma vez que indisponível o direito protegido³⁴. Em contrapartida, a nova redação transcrita trouxe uma série de novidades ao tipo penal.

É o caso dos meios específicos descritos no parágrafo 1º do artigo mencionado, ou ainda a disposição de aumento de pena nos casos descritos no parágrafo seguinte. Cabe, neste ponto, uma crítica. Necessária seria a previsão do aumento da pena também quando o sujeito passivo se tratar de idoso, ou seja, pessoa com mais de sessenta anos (nos termos da Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do

³² Isso significa dizer que a lei penal estava a proteger a liberdade em todas as suas possíveis manifestações, sendo um efeito desta proteção a irrelevância do consentimento da vítima na caracterização da conduta – uma vez que o bem protegido seria indisponível.

³³ O autor José Cláudio Monteiro de BRITO FILHO defende uma inversão total destes fundamentos: “E qual é o fundamento que impede a quantificação, a ‘coisificação’ do homem? A dignidade da pessoa humana. Esse o fundamento maior, então, para a proibição do trabalho em que há a redução do homem à condição análoga à de escravo (...) É preciso, pois, alterar a definição anterior, fundada na liberdade, pois tal definição foi ampliada, sendo seu pressuposto hoje a dignidade”. (BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. *Trabalho com redução do homem à condição análoga de escravo e dignidade da pessoa humana*. Gênese - Revista de Direito do Trabalho, p. 673-682).

³⁴ “(...) a aquiescência e concordância da vítima na sua sujeição ao trabalho servil não elidem o crime. Isso porque o interesse público ou social de combater qualquer fenômeno semelhante à escravidão justifica, por si só, a indisponibilidade do bem jurídico, eis que a condição de homem livre diz com interesses superiores do Estado”. Retirado de PEDROSO, Fernando de Almeida. *Redução à condição análoga de escravo (com a nova redação dada pela Lei nº 10803, de 11.02.2003)*. Revista dos Tribunais, p. 439.

Idoso), de forma análoga ao que aconteceu com diversas outras disposições do Código Penal, após a promulgação do referido Estatuto.

Ainda enquanto inovação restou a cumulatividade: de multa³⁵ e, também, da pena correspondente à violência. A dizer, o crime de redução a condição análoga à de escravo pode absorver crimes que tenham outros meios de execução, mas, em princípio, não absorve crimes cujo meio seja a violência, devendo estes, portanto, serem punidos com a cumulatividade da pena que lhes sejam referentes.

É possível compreender de uma forma positiva toda a aludida alteração legal. A uma, pois a indeterminação do conceito jurídico, conforme anteriormente indicado, está a historicamente levar à impunidade e conseqüente ineficácia do dispositivo penal. A duas, porque ao enumerar as hipóteses, torna-se findo o conflito do que vem a ser a redução a condição análoga à de escravo.

Em verdade, a Lei nº 10.803/2003 reformou o texto com vistas a dar concretude ao conceito do crime analisado. Assim é apresentada esta Lei: “Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, **para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo**”³⁶.

Neste sentido cabe aqui ressaltar o entendimento do Dr. Luercy Lino Lopes, Procurador do Trabalho, que em entrevista concedida em 17/08/2006 (documento em anexo), assim opina sobre o artigo 149 do Código Penal e a limitação ao conceito em que importou:

*Eu já ouvi, ou tenho ouvido mais que ele não limitou. É verdade que ele foi muito amplo. Exatamente o contrário, ele ampliou, banalizou de certa forma o que seria trabalho escravo. Mas eu entendo que representou um avanço muito grande se você considerar a redação anterior, que era muito vaga, dizia: reduzir alguém a condição análoga à de escravo. Quer dizer, até então não havia uma condenação criminal sequer por redução a condição análoga à de escravo porque não se sabia, até hoje, não se tinha definido o que é, como se caracteriza, como que se tipifica essa conduta. Então o que a atual redação do artigo 149 fez foi esclarecer, o trabalho em condição análoga à de escravo ocorre nessas hipóteses, definiu em três condutas básicas que tipificam o crime de redução a condição análoga à de escravo. Foi uma inovação, não perfeita, mas que foi muito importante em relação a aquilo que já tínhamos.*³⁷

³⁵ A qual deverá na sua cominação atender o disposto nos artigos 40 a 52 c/c artigos 58 e 60 do Código Penal, que regula a aplicação de multas.

³⁶ Grifou-se.

³⁷ Entrevista cedida por Dr. Luercy Lino Lopes, Procurador do Trabalho (Ministério Público do Trabalho) realizada em 17/08/2006, em anexo. Grifamos.

Cumpra, em sentido contrário, destacar algumas críticas que embora parte de corrente minoritária são essenciais ao – ainda que futuro – aperfeiçoamento do dispositivo³⁸.

Questiona-se se a redação do tipo penal não traz uma delimitação de seu conceito, pondo séculos de história em dois parágrafos, de modo a resumir uma questão crônica em somente quatro requisitos:

*A incriminação é feita mediante quatro condutas, a saber: a) submissão da vítima a trabalhos forçados; b) submissão do sujeito passivo a jornada exaustiva de trabalho; c) sujeição da vítima a condições degradantes de trabalho; d) restrição, por qualquer meio, da locomoção do empregado, em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.*³⁹

Para Guilherme Guimarães FELICIANO, a enumeração de hipóteses a definir o conceito de redução a condição análoga à de escravo o restringe de modo desnecessário. Sendo, neste entender, o retrato do descompasso entre a ordem jurídica e a tendência da ordem natural em correr mais rápido que aquela.

Outra crítica trata da convalidação do tipo penal de **aberto** para **tipo penal fechado**⁴⁰, o que estaria a diminuir sobremaneira a necessária discricionariedade. Segundo FELICIANO, cria-se um paradoxo entre o que é perceptivelmente adequado à incidência do tipo, mas que é inadequado a seus termos. É o exemplo, segundo Ney Moura TELLES⁴¹, de uma jovem *vendida* pela família a uma casa clandestina de prostituição, sendo totalmente privada do exercício de sua liberdade. Não se estaria necessariamente diante de um caso de *trabalhos forçados, jornada exaustiva, sujeição a condições degradantes de trabalho ou ainda restrição de liberdade em razão de dívida contraída perante o empregador ou preposto*. Desta feita, mesmo com flagrante malferimento do *status libertatis*, bem como da dignidade da pessoa humana, tecnicamente está a situação inadequada à redação do artigo 149 do Código Penal.

³⁸ Ver: CÂMARA, Edson de Arruda. *Trabalho escravo à luz do código penal*, Revista do Direito Trabalhista, v. 10, n. 2, fev./2004, p.13-14. Brasília, 2004.

³⁹ PIERANGELI, J. H. *Op. cit.*, p. 261.

⁴⁰ *Tipos penais fechados são todos os que para sua compreensão o intérprete ou aplicador da lei não necessita recorrer a qualquer indagação estranha aos elementos constantes da norma incriminadora*. Retirado de DOTTI, R. A. *Op. cit.*, p. 311. Ainda sobre o tipo penal fechado: (...) aos tipos fechados (como o do art. 125 do CP), em que a conduta proibida pode ser perfeitamente individualizada sem que haja necessidade de recorrer-se a outros elementos além daqueles fornecidos pela própria lei penal no tipo. Extraído de ZAFFARONI, E. R. e PIERANGELI, J. H. *Op. cit.*, p. 425.

⁴¹ TELLES, Ney Moura, *Direito Penal. Parte Especial*. São Paulo: Atlas, 2004. v. II, citado *apud* em FELICIANO, G. G. *Op. cit.*, p. 84.

Por ocasião do de uma Denúncia-Crime oferecida pelo Ministério Público Federal em conjunto com o Ministério Público do Trabalho perante a Justiça Federal de Rondônia – Autos 2003.41.00.003385-5, 3ª Vara de Porto Velho – foram listadas dezesseis características que podem indicar a presença de trabalho em condição análoga à de escravo na zona rural:

1. *falta de pagamento de salários;*
2. *alojamento em condições subumanas (e.g., barracos de lona);*
3. *inexistência de acomodações indevassáveis para, mulheres e crianças (convivência promíscua);*
4. *inexistência de instalações sanitárias adequadas, com precárias condições de saúde e higiene (e.g., falta de material de primeiros socorros ou de fossas sépticas);*
5. *falta de água potável e alimentação parca;*
6. *aliciamento de trabalhadores de uma para outra localidade do território nacional (que, isoladamente, configura o crime do art. 207, caput, do CP, com pena cominada de um a três anos e multa);*
7. *aliciamento de trabalhadores de fora para dentro ou de dentro para fora do país (e.g., bolivianos e outros hispano-americanos mantidos em condições análogas à de escravo em fábricas têxteis clandestinas nos grandes centros urbanos);*
8. *'truck-system' (os populares "barracões", que têm representado o renascimento da servidão por dívidas);*
9. *inexistência de refeitório adequado para os trabalhadores e/ou de cozinha adequada para o preparo de alimentos;*
10. *ausência de equipamentos de proteção individual e/ou coletiva;*
11. *meio ambiente de trabalho nocivo (selva, chão batido, animais peçonhentos, umidade etc.);*
12. *coação física ou moral ('vis relativa' ou 'absoluta');*
13. *cerceamento da liberdade ambulatoria (o direito de ir e vir é limitado pelas distâncias, pela precariedade de acesso ou pela vigilância pessoal);*
14. *falta de assistência médica;*
15. *vigilância armada e/ou presença de armas na fazenda;*
16. *ausência de registro na CTPS.*⁴²

FELICIANO aponta que a conjugação de alguns dos termos desta lista – ainda que de forma aleatória, seria bastante para se concluir que o texto do artigo 149 do Código Penal não é suficiente para abarcar as possibilidades que a realidade demonstra, não estando preparado também para as novas formas de escravidão que ainda serão criadas:

*(...) ao transformar o delito em crime de forma vinculada alternativa, **obstou a devida subsunção das outras condutas que, a rigor, conduzem à condição análoga à de escravo**, e das demais que possam vir a ser engendradas pelo gênio criativo do capitalista delinqüente.*⁴³

Assim, uma proposta deste autor, como forma alternativa de ser resolvida a limitação que se pode observar na legislação atual sobre o crime de redução a

⁴²FELICIANO, G. G. *Op. cit.*, p. 86-87.

⁴³FELICIANO, G. G. *Idem. Ibidem.* Grifou-se.

condição análoga à de escravo, seria a interpretação do rol disposto no artigo 149 do Código Penal como meramente exemplificativo⁴⁴.

Em que pese parte da doutrina considerar que a nova redação do artigo 149 do Código Penal veio a restringir demasiadamente a compreensão da expressão “reduzir alguém a condição análoga à de escravo”, enquanto que parte dos operadores do direito crêem ter trazido esta nova redação uma banalização do crime tipificado, ambos os lados concordam que ainda que não tenha sido perfeita, a nova redação é melhor do que a economia verbal do legislador nos moldes do Decreto-Lei nº 2.848/40.

2.2 A polêmica em torno do conceito e denominação

Como destaca Jairo Lins Albuquerque SENTO-SÉ, “trabalhos forçados, trabalho escravo, trabalho em condições subumanas, trabalho ilegal. Todos esses rótulos são utilizados indistintamente”⁴⁵.

E a polêmica de fato existe. A doutrina se divide na conceituação – inclusive quanto à necessidade ou não de conceituação. Veja-se aqui, rapidamente, algumas definições propostas por autores, que entre si apresentam algumas divergências.

A definição do que seja trabalho degradante é a que apresenta maior consenso na doutrina, sendo compreendido:

*(...) quando o trabalhador cumpre as tarefas em condições inadequadas. Os alojamentos são inadequados, falta água potável, a alimentação é precária, os salários são pagos com atraso, quando são pagos, e não há registro em carteira, entre outros*⁴⁶.

Vale ainda destacar que para alguns autores, o artigo 149 do Código Penal não tipifica o trabalho degradante, mas que este estaria sim previsto nos artigos 203 e 207 do mesmo diploma legal⁴⁷.

⁴⁴ Ver: FELICIANO, G. G. *Op. cit.*, p. 90.

⁴⁵ SENTO-SÉ, Jairo Lins de Albuquerque. *Trabalho forçado e a questão do menor na zona rural do Brasil*. Revista de Direito do Trabalho, p. 22.

⁴⁶ AZEVEDO, F. A. G. e CACCIAMALI, M. C. *Op. cit.*, p. 147.

⁴⁷ Cf. nota de rodapé nº 9 em AZEVEDO, F. A. G. e CACCIAMALI, M. C. *Op. cit.*, p. 147. Ainda sobre o tema, assim dispõe os citados dispositivos:

Art. 203 - Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho:

Pena - detenção de um ano a dois anos, e multa, além da pena correspondente à violência. § 1º Na mesma pena incorre quem:

I - obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida;

A mesma compreensão do que venha a ser trabalho degradante é esposada por Luís Antônio Camargo de MELO, para quem esta forma de exploração refere-se à prestação de serviços onde não há condições laborativas⁴⁸, que atentam contra a higidez física e mental do trabalhador ao não serem observadas as normas de segurança e saúde⁴⁹.

Desta espécie de consenso não gozam as definições de trabalho escravo ou forçado/obrigatório. Para além dos que consideram as expressões como sinônimas⁵⁰, inicialmente destaca-se o posicionamento de SENTO-SÉ. Para este autor o trabalho escravo seria total “negação da condição humana”, o que não se confunde com trabalho forçado. É da preferência deste autor esta última denominação, cujo conceito seria “a prestação do serviço pelo empregado mediante ameaça por parte do empregador, em especial através da negativa de encerramento do vínculo laboral, quando esta é a vontade do obreiro”⁵¹. Para o fim de corroborar seu entendimento, cita a conceituação que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) esposa na Convenção nº 29 – “Sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório”. Vale destacar que este instrumento normativo é do ano de 1930 e assim dispõe em seu artigo 2º:

Artigo 2º

1. *Para fins desta Convenção, a expressão "trabalho forçado ou obrigatório" compreenderá todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e*

II - impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental.

Art. 207 - Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional:

Pena - detenção de um a três anos, e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda, não assegurar condições do seu retorno ao local de origem.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental.

⁴⁸ MELO, Luis Antônio Camargo de. Palestra *O Trabalho Escravo e os Direitos Humanos* proferida no evento *Direitos Humanos Encontro Brasileiro – Uma Pós-Graduação em realidade*, realizado no Centro de Convenções de Curitiba/PR, em 02/08/2006.

⁴⁹ LIMA, Maurício Pessoa. *O trabalho em condições análogas à de escravo no Brasil contemporâneo*. Exposição proferida na Oficina Jurídica “Trabalho Escravo” no II Fórum Social Mundial, em 02/02/2002, em Porto Alegre/RS.

⁵⁰ “(...) Estabelecida a definição de trabalho escravo, bem assim sabedores de que a expressão *trabalho forçado* guarda sinonímia com aquela expressão (...)”. Trecho extraído de MELO, Luis Antônio Camargo de. *As atribuições do ministério público do trabalho na prevenção e no enfrentamento ao trabalho escravo*. Revista LTr. São Paulo, p. 427.

⁵¹ Ver SENTO-SÉ, J. L. A. *Op. cit.*, p. 22 e 23.

para o qual não se tenha oferecido espontaneamente.

Já Guilherme Augusto Caputo BASTOS aponta como sendo o entendimento da OIT compreender o trabalho escravo como exercício sobre outrem dos direitos de propriedade e correlatos. Ou seja, o trabalho escravo estaria a exigir um entendimento mais restrito, sendo necessário o absoluto controle sobre alguém, ou ainda de um coletivo sobre outro⁵².

Para Maurício Pessoa LIMA, a utilizar como fundamento a mesma Convenção nº 29 da OIT, o trabalho forçado é um gênero amplo, a incluir o labor de prisioneiros de guerra e labor imposto enquanto castigo. Já a redução a condição análoga à de escravo se trata de:

(...) toda vez que encontrarmos o cerceamento da liberdade de ir e vir por meio de qualquer das seguintes formas, que podem se apresentar combinadas ou isoladamente, quais sejam: fraude; dívida; retenção de salários; retenção de documentos; isolamento em regiões remotas ou de difícil acesso e violência⁵³.

Ou seja, um conceito correlato ao que SENTO-SÉ aproxima de trabalho forçado.

Para comprovar de modo ainda mais veemente a polêmica, inclui-se aqui um extrato da exposição de Loris Rocha PEREIRA JÚNIOR, membro do Ministério Público do Trabalho, para quem a diferenciação aqui apresentada é inútil e perigosa:

Já começaram a surgir estudos querendo diferenciar trabalho escravo de trabalho degradante, de trabalho semi-escravo, de trabalho semidegradante (...) quem acompanha a atuação do Grupo Móvel no interior do Pará, do Mato Grosso, do Maranhão, no interior do Piauí, sabe que não existem diferenças (...) É preocupação porque os doutos, os estudiosos, em seus gabinetes com ar refrigerado, tomando seu cafezinho longe da realidade local, com essas distinções, poderão amanhã livrar os fazendeiros da cadeia. Essas distinções teóricas é que irão livrar o escravizador, quem sabe, da própria Justiça do Trabalho. Temos que lamentar porque começa-se (sic) a teorizar em cima do sofrimento, da degradação do ser humano⁵⁴.

Assim, a doutrina não se pronuncia em uníssono quanto aos conceitos aqui abordados, tampouco quanto à necessidade destas definições⁵⁵. Adiante neste

⁵² Ver BASTOS, Guilherme Augusto Caputo. *Trabalho Escravo: uma chaga humana*. Revista LTr, p. 368.

⁵³ LIMA, Maurício Pessoa. *O trabalho em condições análogas à de escravo no Brasil contemporâneo*. Exposição proferida na Oficina Jurídica "Trabalho Escravo" no II Fórum Social Mundial, em 02/02/2002, em Porto Alegre/RS.

⁵⁴ Exposição de Loris Rocha PEREIRA JÚNIOR, publicada em Anais da I Jornada de Debates sobre Trabalho Escravo, de 24/25 setembro de 2002. *Organização*: Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho e do Emprego e OIT, p. 30.

⁵⁵ Ver palavras do Dr. Luericy Lino Lopes, Procurador do Trabalho, em entrevista anexa concedida em 17/08/2006:

trabalho, estará sendo estabelecido um diálogo com a realidade do labor em condição análoga à de escravo no Paraná. Observe-se que para além de todas as possíveis teorizações sobre conceitos, será destacada a exploração do trabalho humano na sua mais contundente forma.

É por conta disto que, a teor do que dispõe a redação mais recente do artigo 149 do Código Penal, é possível compreender como reduzir alguém a condição análoga à de escravo a submissão de um trabalhador ao trabalho degradante, jornadas exaustivas ou ainda a privação da liberdade de locomoção – ao que se denomina de “nova escravidão”, “escravidão contemporânea”, ou simplificadamente de “trabalho escravo” .

Priscila Lopes Pontinha – Dr. Luercy, a primeira coisa que eu tenho dificuldade de entender é o conceito. Porque tem autor que diz que trabalho degradante é uma coisa, trabalho escravo é outra e trabalho forçado é outra. E tem outros autores que ainda dizem que nada disso é importante porque na prática tudo acaba tendo o mesmo efeito pra pessoa que está nesta situação. O Senhor entende que seja importante essa diferença de conceito, como o Ministério Público vê isso?

Dr. Luercy Lino Lopes - Nós pra conceituarmos o trabalho escravo nós partimos da única referência legal que existe que é o artigo 149 do Código Penal. E lá nele está definido que na verdade não existe o *trabalho escravo*, existe o crime de redução a condição análoga à de escravo, que se caracteriza, se tipifica por três condutas básicas. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo quer submetendo a jornada exaustiva, quer privando de maneira o seu direito de ir e vir – normalmente se faz isso por dívida, a chamada “prisão por dívida” - quer submetendo ao trabalho em condições degradantes. Então uma vez presentes quaisquer uma dessas situações, estará caracterizado o crime de redução a condição análoga à de escravo. Como não há uma norma trabalhista específica pra definir essa situação, nós utilizamos a única referência legal que é essa do artigo 149. Então pra nós, essa questão de você buscar o que é buscar trabalho degradante, o que é jornada exaustiva, o que é prisão por dívida, não faz a mínima diferença, desde que qualquer uma dessas situações uma vez caracterizada, caracteriza também a redução a condição análoga a de escravo, que é o que importa pra nós.

3. OS TRAÇOS DA ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA

3.1 Traços da escravidão contemporânea no Paraná – descrição de uma realidade

Muito embora as amarras oficiais já tenham sido desfeitas em 1888, o trabalho escravo está longe de ser erradicado no mundo e também no Brasil. O assustador é que, nem mesmo após mais de um século da abolição da escravatura, o anúncio de que ainda existe este degradante tipo de trabalho não causa um grande espanto.

No Paraná, o trabalho em condições análogas à de escravo é encontrado, sobretudo, nas empresas que têm por objeto social o florestamento e reflorestamento de *pinus*, o que pode ser comprovado mediante informações prestadas em entrevista anexa com Dr. Luercy Lino Lopes (Procurador do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região – MPT/PR) e Dr. Geraldo Serathiuk (Delegado Regional do Trabalho – Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Paraná – DRT/PR), respectivamente:

(...) no Paraná o que eu tenho visto, é possível que haja em outras atividades, mas o que eu tenho visto mesmo é essa situação vinculada à exploração de madeira, de pinus. Plantio, atividade de silvicultura e colheita, corte de pinus (...) a maior incidência está em Tunas do Paraná, região de Tunas e Cerro Azul. Cerro Azul, Tunas, Adrianópolis e Dr. Ulysses, aquela região já em divisa com São Paulo. E agora também essa notícia de que aqui do lado de Curitiba já estão começando a plantar pinus na região de Campo Magro (...)

Nós temos trabalho escravo no Paraná, efetivamente, no setor de reflorestamento. É onde se identifica o trabalho escravo. Este ano, já tirei trabalho escravo em duas situações: uma na região de reflorestamento de Guarapuava e agora – no ano passado retiramos cerca de 80 trabalhadores escravos em Cerro Azul – agora, há 15 dias, tiramos uns 14 trabalhadores em Bocaiúva e em Campo Magro, aqui, do lado de Curitiba⁵⁶.

A atividade atinente ao reflorestamento é de natureza transitória, sendo desempenhada na época de limpeza e preparo de solo para o plantio – silvicultura – e na fase própria para o corte da madeira.

A realidade do labor em condição análoga à de escravo no Paraná, neste setor econômico, segue contornos que podem ser considerados como gerais.

Inicialmente, o processo de escravização inicia-se com o aliciamento, uma

⁵⁶ Entrevistas transcritas anexas.

espécie de terceirização fraudulenta⁵⁷ que será responsável pela precarização das relações de trabalho. Em pequenos municípios castigados pela falta de estrutura e oportunidades de serviço, o intermediário de mão-de-obra, chamado “gato” ou “empreiteiro”, faz a oferta de trabalho geralmente às pessoas simples e sem instrução.

O “gato” convence o trabalhador a prestar serviço usualmente com falsas promessas, consistentes em bons salários e boas condições de trabalho. É o que pode ser constatado no depoimento prestado por auxiliar de “empreiteiro”, em uma ação fiscalizatória realizada pelo MPT/PR – DRT/PR recentemente em Bocaiúva do Sul/PR, ao ressaltar que: ‘(...) a remuneração ajustada para cada trabalhador foi de R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta) reais por mês, equivalente a um salário mínimo (sic), mas eles poderiam ganhar mais até R\$ 800,00 (oitocentos) reais por mês, de acordo com a produção’⁵⁸.

No momento da arregimentação não são requisitados os documentos pessoais dos trabalhadores – mesmo porque a maior parte dos obreiros rurais não possui vínculo formal de emprego, laborando sem qualquer registro⁵⁹ - de forma que, caso apresentados, são comumente retidos pelo “gato” com a finalidade de criar uma dependência ainda maior no obreiro.

Ainda no local de origem, ao trabalhador é pago um adiantamento em pecúnia para que possam ser custeadas pequenas dívidas em hospedarias ou garantido o sustento da família. A família na maior parte das vezes fica no local de recrutamento enquanto o trabalhador se ausenta para a efetiva prestação do serviço. Nesta ocasião, já está iniciada a jornada que leva o trabalhador à escravidão contemporânea.

Em seguida, ocorre a viagem até a fazenda onde será prestado o trabalho.

⁵⁷ “Na área do pinus o que eu tenho visto é a terceirização de atividade de plantio, de corte. Quanto falo em plantio eu falo da silvicultura, que vai desde o preparo do solo até a fase do corte, aí tem tratamentos culturais, desgalhamento, combate a formigas, todas aquelas atividades que envolvem a cultura do pinus, da árvore até o ponto de abate. E é claro que uma empresa que tem por objeto social a execução de projetos de florestamento e reflorestamento não pode terceirizar atividade-típica, atividade-fim dela, qualquer uma dessas atividades que estejam inseridas naquelas atividades necessárias e indispensáveis para ela executar a finalidade social dela”. Extraído de entrevista cedida pelo Dr. Luercy Lino Lopes, em anexo.

⁵⁸ Em que pese a incorreção sobre o valor do salário mínimo, o trecho foi extraído do Termo de Declaração em anexo.

⁵⁹ Dados fornecidos por Dr. Geraldo Serathiuk – Delegado Regional do Trabalho, em entrevista anexa.

Normalmente o local é de difícil acesso, quer seja pela distância em relação à origem, constituindo-se em ponto isolado, ou ainda pela precariedade das estradas⁶⁰. Conseqüentemente, o trabalhador estará impedido de retornar ao Município de origem sem o auxílio do “gato” ou do proprietário da fazenda.

Ressalte-se que a longa viagem ao local de subjugação muitas vezes ocorre no período da noite, o que provoca maior insegurança no trabalhador quanto à identificação do seu destino, de modo a ser novamente dificultada a possibilidade de retorno ou fuga⁶¹.

Já no local de trabalho, é ao “empreiteiro” que o trabalhador irá se reportar. Primeiramente, o “gato” esclarece que os valores pagos em forma de adiantamento e mesmo o transporte fornecido até a fazenda já estão a compor uma dívida que o trabalhador deverá adimplir com o fruto de seu trabalho. Essa dívida, destaque-se, é controlada através de anotação em caderneta, que ficará em poder do “empreiteiro” ou do proprietário da fazenda:

(...) os trabalhadores pagam seus próprios alimentos, que são fornecidos pelo Declarante ou por AAAAA [respectivamente, auxiliar e “gato”], para serem descontados posteriormente; que os alimentos, cigarro, remédios, etc. fornecidos aos trabalhadores são anotados em cadernetas para posterior desconto dos trabalhadores; que as anotações dos gêneros consumidos pelos trabalhadores são feitas pelo Declarante⁶².

A tendência concreta é do crescimento desta dívida de composição fraudulenta. Os instrumentos de trabalho não serão fornecidos ao trabalhador quer

⁶⁰ Como já pode ser percebido em experiências próprias desta acadêmica que, em viagem à zona rural de Itaperuçu – pequeno município da região metropolitana de Curitiba -, quando pude constatar que uma vez que chova, ainda que de maneira moderada, ficam intransitáveis as estradas de terra. Em diferentes oportunidades, foi visto o atolamento de carretas repletas de toras de madeira ou mesmo a derrapagem de carros de passeio, demonstrando a completa inviabilidade das estradas, qualquer que seja o meio de transporte.

⁶¹ Ainda como forma de deixar o trabalhador sem referências geográficas, não raras são as ocasiões em que o “gato” fornece bebida alcoólica momentos antes da viagem, para o fim de que, embriagado, o trabalhador não tenha consciência da localização da frente de labor: “Aí começa todo o ciclo, mediante falsas promessas, desde salário/rendimento, como condição de trabalho, eles são levados a locais muito distantes daqueles onde eles provêm. Normalmente isso acontece basicamente em área rural, em fazendas localizadas em regiões remotas, de difícil acesso. Normalmente vão à noite, embriagados e quando chegam ao local, a realidade que eles encontram é totalmente diferente da inicialmente prometida (...) dificilmente eles saem porque, embora haja uma falsa idéia de liberdade “não, você pode pra onde você quiser” é o que nós escutamos, “não há vigilância armada, ninguém tá impedindo o trabalhador de deixar o local...”, só que na prática, ele não tem como fazer isso. O local é muito distante, ele não tem dinheiro – está devendo, naturalmente não tem dinheiro nem pra comprar uma garrafa de água, um sanduíche – ele não conhece a região onde está – normalmente é uma mata.” Extraído de entrevista cedida pelo Dr. Luercy Lino Lopes, em anexo.

⁶² Declaração prestada por sub-encarregado, auxiliar do “gato”, que arregimentou trabalhadores na cidade de Palmital, para prestarem serviços em Bocaiúva do Sul e Campo Magro/PR – documento anexo.

pelo “empreiteiro”, quer pelo proprietário da área florestada. A maior parte tanto dos instrumentos – tais como facões, foices, serras –, quanto dos equipamentos de proteção individual – como botas, luvas, capacetes, cintos de segurança – quando são utilizados, deverão ser adquiridos e pagos pelo próprio trabalhador, em evidente afronta ao que dispõe o artigo 166 da CLT⁶³. O montante gasto com estes instrumentos, logicamente, irá compor a dívida da caderneta.

Mas não só de instrumentos vai precisar o obreiro. O “barracão”, pequena “venda” localizada nas proximidades da frente de trabalho – o comércio que normalmente é de titularidade do proprietário da fazenda ou mesmo do “gato” –, é o local destinado à compra dos alimentos e outros gêneros de primeira necessidade, tais como roupas, remédios, entre outros.

Os preços praticados nestes “barracões” não são correspondentes àqueles cobrados ordinariamente no mercado. Em contrário, estes produtos costumeiramente possuem um preço muito superior aos praticados, sendo abusivos em sua cobrança. Todo esse sistema irá compor o que a doutrina chama de *truck-system*⁶⁴.

É por conta deste sistema da “caderneta”, por este *truck-system*, que ao final de todo um mês de labor, o obreiro acaba por despender tudo quanto possui no “barracão”, não sendo ainda este total suficiente para a quitação plena da dívida. E, via de regra, jamais o será.

Obviamente, a “caderneta” resta em poder do “empreiteiro”, ou do proprietário da área, de modo a não permitir que o trabalhador tenha o controle desta dívida que aumenta vertiginosamente. O débito adquirido não será passível de adimplemento, sendo, portanto, o motivo que legitima a escravidão, a razão que justifica a servidão por dívida.

*O valor da diária combinada lá no recrutamento chegando ao local da fazenda é outro (...) O endividamento vira uma roda-viva, cada vez aumenta mais, de sorte que ele vai trabalhar ali três, quatro, cinco meses, um ano e ao final vai estar devendo mais do que quando entrou*⁶⁵.

⁶³ Art. 166 - A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados.

⁶⁴ Sobre o tema, ver: SANTOS, Ronaldo Lima dos. *A escravidão por dívidas nas relações de trabalho no Brasil contemporâneo*. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, p. 142.

⁶⁵ Trecho extraído de entrevista cedida pelo Dr. Luericy Lino Lopes, em anexo. Grifou-se.

A vítima do crime de redução a condição análoga à de escravo tem como nota característica a simplicidade e honestidade, de modo que é muito comum o trabalhador realmente acreditar que está devendo, constituindo uma questão de honra para o obreiro o pagamento efetivo desta dívida a que ele crê ter dado causa⁶⁶.

Embora o trajeto até a servidão por dívida aqui descrito seja freqüente no Paraná, não é muito diverso do encontrado em outros locais do Brasil. O que vai ser diferente é quanto ao setor econômico em que será detectada a maior incidência do labor em traços de escravidão contemporânea.

As carvoarias são os principais locais onde ocorrem as libertações em Estados como Piauí, Maranhão e Pará, podendo extrapolar as regiões Norte e Nordeste, sendo localizadas também no Mato Grosso e em Minas Gerais. Para além das carvoarias, conforme relata o Procurador do Trabalho, Dr. Luercy Lino Lopes, o Norte e o Nordeste do País também abriga a presença de trabalho escravo na agricultura, principalmente nas atividades transitórias para limpeza e preparo do solo para cultivo de culturas⁶⁷.

O cotidiano do obreiro das carvoarias, que irá compor a cadeia de produção do aço, acaba por repetir o quadro aqui descrito. O trabalho é prestado em regiões afastadas, sem qualquer condição de segurança no ambiente de trabalho, igualmente ao que ocorre no Paraná⁶⁸.

⁶⁶ “Até porque os trabalhadores geralmente são pessoas simples e muito corretas, e isso eu sei porque já participei de inúmeras diligências, já entrevistei, a impressão que eu tive dessas pessoas é que são **pessoas corretas que acreditam mesmo que estão devendo. E como são muito corretas, não admitem a idéia de deixar o local sem antes pagar o que devem. Isso faz com que cada vez mais eles sejam explorados e consentem até, de certa maneira, com a própria exploração.**” Trecho extraído de entrevista cedida pelo Dr. Luercy Lino Lopes, em anexo. Grifou-se.

⁶⁷ Ver palavras do Dr. Luercy Lino Lopes, Procurador do Trabalho, em entrevista anexa concedida em 17/08/2006: “**PLP – O Senhor me corrija se eu estiver errada, até porque ainda estou montando essa idéia, mas percebi que no norte do Brasil existe a questão das carvoarias, encontrar esse trabalho em carvoarias...**

LLL – Carvoarias e fazendas, roçada de fazendas, limpeza de áreas pra plantio, preparo para lavoura. Pois lá uma fronteira agrícola, como norte do Maranhão, sul do Maranhão, norte do Piauí e também já no Estado do Pará são as mais recentes fronteiras agrícolas. Estão plantando muita soja lá. No Mato Grosso também. Aí precisam do trabalhador pra no segundo momento fazer a limpeza de raiz, catação de raiz. Aquele trabalho árduo, doloroso, penoso mesmo depois que as máquinas fazem a derrubada, a queimada, etc..., a soja precisa de terrenos limpos pra poder ser plantada. Eles são usados também pra isso, mas basicamente o trabalho mais penoso ocorre nas carvoarias – existem muitas lá – nas fazendas no roço, que chamam de roço de juquirá, limpeza de pastagem.”

⁶⁸ Em viagem à zona rural do município de Itaperuçu – região metropolitana de Curitiba, realizada no segundo semestre do ano de 2005, esta acadêmica presenciou o relato de uma senhora que havia

As condições de vida dos trabalhadores reduzidos a condição análoga à de escravos, nos locais destinados à vivência, são péssimas. Não há alojamentos próprios, geralmente, os locais de abrigo dos obreiros serão pequenos casebres recobertos de lona, sem qualquer estrutura.

Normalmente, não há instalações sanitárias adequadas. É incomum que sejam encontrados banheiros nas frentes de trabalho ou mesmo no ponto de vivência. Inexistente também são os recursos hídricos em condições de potabilidade. Os trabalhadores são obrigados a consumir água de pequenos riachos próximos aos locais de dormitório. Não raras vezes, o mesmo riacho destinado ao consumo de água é também utilizado para higiene dos trabalhadores – banhos, e também servem para consumo e limpeza de animais.

Ressalte-se que neste contexto, a redução do trabalhador a condição análoga à de escravo trata-se de evidente desrespeito ao disposto no artigo 6º da Constituição da República, artigo este componente do Título II – “Dos Direitos e Garantias Fundamentais” que versa: “Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade, à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

(...) foram colocados em barracos improvisados na Fazenda em Tunas do Paraná, sem banheiro, sem energia, sem água (a água era proveniente de nascente não tratada), sem refeitório, etc; que realizavam suas necessidades fisiológicas no mato (...) nas tarimbas existentes no barraco não existem colchões, dormindo os trabalhadores sobre tecidos velhos de colchas ou cobertores velhos⁶⁹.

É por conta da dívida que a servidão perdura. O fim da servidão pode ocorrer: quando o próprio serviço a ser executado termina – momento em que o “gato” pode liberar o trabalhador, mesmo persistindo o débito; quando o obreiro consegue fugir e denunciar as reais condições de trabalho às autoridades; quando é flagrada a ação criminosa através da ação fiscal – objeto de análise no próximo ponto deste trabalho.

perdido o filho na extração do *pinus*. O jovem, que não chegou a completar sequer 25 anos, havia morrido há dois meses esmagado por um tronco de *pinus* quando estava a finalizar o corte. Contou a mãe do rapaz que seu corpo foi localizado somente três ou quatro dias após o seu desaparecimento.

⁶⁹ Trechos extraídos de depoimento de trabalhadores recentemente libertados em ação fiscalizatória do MPT e DRT/PR realizada em Bocaiúva do Sul – documento em anexo.

3.2 A atuação do Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região

A Constituição da República de 1988 trouxe uma ampliação das competências do Ministério Público, pelo que mister analisá-los.

Apesar da discussão doutrinária acerca da legitimidade do Ministério Público do Trabalho (MPT) para a defesa de interesses individuais homogêneos⁷⁰, é possível concluir pela sua legitimidade para a atuação como órgão agente na defesa destes interesses se observarmos as previsões dos artigos 127 e 129 da Carta Constitucional, dos artigos 6º e 83 da Lei Complementar nº 75/93 (LOMPU – Lei Orgânica do Ministério Público) e o disposto no artigo 81 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, o MPT por excelência detém a competência para, via ação coletiva – sobretudo a ação civil pública –, a defesa dos interesses da coletividade de obreiros submetidos a condição análoga à de escravo.

Em 12 de setembro de 2002, por meio da [Portaria nº 231 de 12 de setembro de 2002](#), foi criada no âmbito do MPT a Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONAETE) que evidenciou a meta institucional quanto à erradicação ao trabalho em condição análoga à de escravo.

Cumprido este trabalho lançar um olhar sobre a atuação do MPT no Paraná após a instituição da CONAETE. A Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região (MPT/PR), no que concerne ao combate ao trabalho escravo contemporâneo, iniciou sua atuação acidentalmente⁷¹, há pouco mais de um ano.

⁷⁰ Sobre o tema, ver teorias restritiva, eclética e ampliadora analisadas em LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *A ação civil pública e a tutela dos interesses individuais homogêneos dos trabalhadores em condição de escravidão*. Revista de Direito do Trabalho, an. 30, n. 113, jan.-mar./2004, p. 25-53. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004 e MELO, Luis Antonio Camargo de. *Ação Coletiva no Trabalho ao combate escravo*. In: *Ação Coletiva na visão de juizes e procuradores do trabalho*/José Hortêncio Ribeiro Júnior... [et al.], organizadores, p. 157-179. São Paulo: LTr, 2006.

⁷¹ Dr. Luericy Lino Lopes relata o primeiro caso investigado pelo MPT: “Não se tinha idéia de que existia essa situação. Na verdade nós pegamos o primeiro caso por acaso! Nós fomos fiscalizar uma outra situação, de oito trabalhadores sem registro, a denúncia era esta. O próprio “gato” que nos levou, o empreiteiro. Ele não tinha recebido. O dono da fazenda tinha o dispensado sem lhe pagar, então ele achou que tinha que receber. Aí ele foi até o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Cerro Azul e fez a denúncia lá. Ele achou que ia receber. Quando ouvimos a história, percebemos que ele era um “gato”, mas queríamos que ele nos levasse até onde estavam os trabalhadores. E ele foi conosco até o local. Chegando lá, os trabalhadores já tinham ido pra região de Tunas, numa outra fazenda. Ele sabia onde era e ele nos levou até lá. Chegando em Tunas, já era noite, fomos direto nos barracos de lona. Mas eram oito só. Aí eu vi várias luzes, de lamparinas. E perguntei o que eram aquelas outras luzes. “Ah não! Ali são outros barracos... de outros empreiteiros, não tenho nada a ver com eles.” Perguntei: “mas tem mais empreiteiros?”, “Nossa, tem um monte.” E nós começamos a ir

A instauração de um Procedimento Investigatório (PI) pode ser deflagrada tanto por investigações de iniciativa do próprio MPT/PR ou mediante o recebimento de denúncia – originária de órgão/instituição, entidade ou mesmo de qualquer cidadão (identificado ou anonimamente). Uma vez instaurado o procedimento, o MPT/PR requisitará as diligências necessárias para sua instrução.

A realização de ação fiscal com a conferência do local de trabalho, nestes casos, é uma das principais medidas adotadas em ato conjunto com a Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Paraná (DRT/PR). A inspeção levará em conta as condições de trabalho, qualidade da água e alimentos fornecidos aos trabalhadores, estado das instalações destinadas à área de vivência, prática do *truck-system*, (ausência) formalização do vínculo empregatício, existência de coação – quer seja física, moral ou psicológica⁷², (in)existência de pagamento de salário, bem como o atendimento às demais disposições da legislação trabalhista.

O método adotado pela equipe composta pela DRT/PR com seus Auditores Fiscais do Trabalho, MPT/PR e o Batalhão da Polícia Florestal (que oferece segurança aos membros do grupo e faz a repressão aos crimes ambientais) é semelhante em todas as ações fiscalizatórias. O grupo dirige-se ao local da área rural – fazenda – investigada e quando efetivamente encontrados trabalhadores em condição análoga à de escravo são lavrados os autos de infração pela DRT/PR e inicia-se o processo de libertação.

Primeiramente, serão regularizados os vínculos trabalhistas com a formalização dos contratos de trabalho, sendo devidamente observados os períodos de labor e as condições ajustadas quando da contratação. Em seguida, ocorre a rescisão indireta destes instrumentos e mediante o cálculo de todas as verbas trabalhistas devidas, com base em dados fornecidos pelos próprios obreiros, os responsáveis devem efetuar o pagamento das verbas rescisórias.

Nós fazemos uma inspeção conjunta, nos dirigimos até o local e constatando que seja a hipótese de trabalho em condições análogas à de escravo o procedimento é interditar toda a área de serviço imediatamente e forçar (...) o responsável a regularizar de imediato através de um Termo de Ajuste de Conduta firmado pelo Ministério Público, regularizar de imediato a situação daqueles trabalhadores, formalizando o contrato de trabalho deles, observando todo

de barraco em barraco, às 20 horas da noite, chamando um por um, anotando nome, eram mais de cem. Foi ali que tivemos o primeiro contato com essa situação do *pinus*.” Trecho de entrevista anexa.

⁷² Sobre as diferenças das formas de coação ver MELO, Luis Antonio Camargo de. *As atribuições do ministério público do trabalho na prevenção e no enfrentamento ao trabalho escravo*. Revista LTr, v. 68, n. 4, abr./2004, p. 425-432. São Paulo: LTr, 2004.

*o período trabalhado, efetuando o pagamento de todo o saldo de salarial do período, das verbas rescisórias porque aí ocorre a rescisão indireta do contrato e providenciando o retorno de imediato desses trabalhadores aos seus locais de origem.*⁷³

Desta feita, como se pode observar, uma das providências que cabe ao empregador é ofertar ao trabalhador possibilidade de retorno ao local de origem, ao local do aliciamento. Este é um dever do empregador que o MPT/PR não admite falta de cumprimento: “É obrigação do empregador providenciar o transporte do trabalhador para o local de origem dele. Não pode simplesmente liberá-lo”⁷⁴.

Por se tratar de crime permanente, a equipe fiscalizatória permanece no local até que seja regularizada a situação, haja vista constituir um flagrante delito – ainda que a finalidade seja a regularização trabalhista – conforme relata Dr. Luercy Lino Lopes, uma vez que o flagrante é um importante elemento coator para catalisar a resolução do problema⁷⁵. Igual metodologia é utilizada nas ações fiscais nacionais, sendo essencial para a real medida das condições de trabalho:

*De acordo com um fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego, uma das fazendas vistoriadas contava com excelentes alojamentos de alvenaria munidos de eletrodomésticos para serem mostrados à fiscalização. “Mas os escravos estavam em barracos plásticos, bebendo água envenenada e foram mantidos escondidos em buracos atrás de arbustos até que nós saíssemos. Como passamos três dias sem sair da fazenda, os 119 homens começaram a ‘brotar’ do chão e nos procuraram desesperados, dizendo que não eram bichos”*⁷⁶.

Outro expediente que vem sendo utilizado pelo Ministério Público do Trabalho, em todo o Brasil, é a assinatura de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC)⁷⁷, instrumento com força de título extrajudicial.

⁷³ Trecho de entrevista anexa, concedida em 17/08/2006, pelo Dr. Luercy Lino Lopes, Procurador do Trabalho – MPT/PR.

⁷⁴ Trecho de entrevista anexa, concedida em 17/08/2006, pelo Dr. Luercy Lino Lopes, Procurador do Trabalho – MPT/PR.

⁷⁵ Ver palavras do Dr. Luercy Lino Lopes, Procurador do Trabalho, em entrevista anexa concedida em 17/08/2006: “Embora nosso foco não seja o aspecto criminal, mas sim a regularização do aspecto trabalhista, nós usamos muito essa possibilidade de punição criminal para forçá-lo a resolver imediatamente a situação. Porque em se tratando de um crime permanente, como é a redução a condição análoga à de escravo, enquanto permanecer aquela situação o sujeito está em estado de flagrante, é uma forma de pressionar o responsável a resolver a situação e pagar, que é o que nos interessa naquele momento.”

⁷⁶ Relato de Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) após fiscalizações nas fazendas do Pará e Maranhão. Trecho extraído do Relatório “Trabalho Escravo no Brasil do Século XX”. Coordenação de Leonardo SAKAMOTO e Projeto Nacional de Combate ao Trabalho Forçado. Publicação da OIT, em 20/09/2006. Brasília. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/news/nov/ler_nov.php?id=2321>. Acesso em 22/09/2006.

⁷⁷ Conforme previsto no art. 5º, § 6º da Lei nº 7347/85:

Diante do caso concreto, a assinatura de TAC tem sido objeto de inúmeras vantagens. Primeiramente, ao se firmar o instrumento, o empregador assume a responsabilidade pela irregularidade da situação até então perpetrada. Caso eventualmente sejam descumpridos os termos do instrumento, passa-se diretamente à execução do instrumento, não sendo necessário o processo cognitivo.

Usualmente, o conteúdo do TAC contempla a regularização de todas as questões atinentes à legislação trabalhista, bem como constitui um compromisso em não mais ser repetida a conduta de redução do obreiro a condição análoga à de escravo⁷⁸.

Nos TAC's, freqüentemente, são incluídas duas espécies de dano moral. A primeira forma de indenização, de valor compatível com as possibilidades da empresa, faz referência ao dano moral individual sofrido por cada trabalhador encontrado nas frentes de trabalho, face ao flagrante desrespeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, contemplado no artigo 1º, inciso III, da Constituição da República; a segunda indenização é cobrada a título de dano moral coletivo⁷⁹, haja vista o malferimento dos princípios e valores consagrados pela sociedade.

*Na realidade, o dano moral coletivo consiste na injusta lesão da esfera moral de uma dada comunidade. Vale dizer que há a violação de um determinado círculo de valores coletivos. Quando se fala em dano moral coletivo, está-se fazendo menção ao fato de que o patrimônio valorativo de uma comunidade determinada (maior ou menor), idealmente considerada, foi agredido de maneira absolutamente injustificável do ponto de vista jurídico.*⁸⁰

Art. 5º A ação principal e a cautelar poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios. Poderão também ser propostas por autarquia, empresa pública, fundação, sociedade de economia mista ou por associação que:

(...)

§ 6º **Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.** (Grifou-se).

⁷⁸ Estas informações podem ser comprovadas mediante análise de modelo de TAC anexo, firmado entre o MPT/PR e o empregador após ação fiscalizatória em Bocaiúva do Sul/PR.

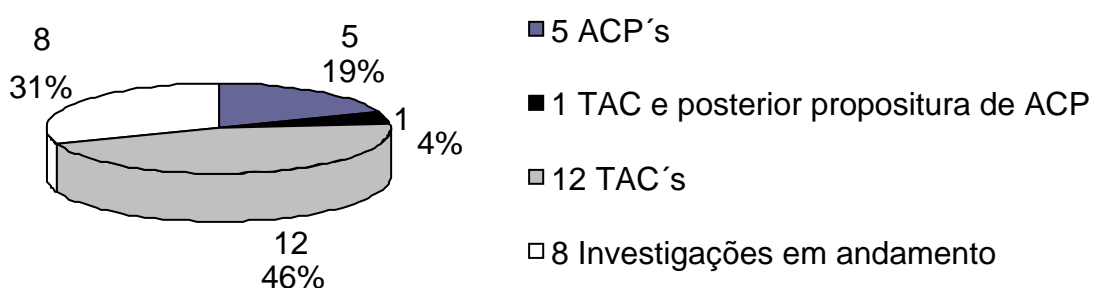
⁷⁹ Trecho de entrevista cedida pelo Dr. Luercy Lino Lopes, Procurador do Trabalho, documento anexo: *"Eu incluo em todos os meus TAC's uma indenização por dano moral individual – pela exposição àquela situação degradante -, pode até considerado simbólico, o valor é pequeno, mas nesse momento o que se pode conseguir para o trabalhador é interessante. Por ser também um Termo de Ajuste de Conduta, se faz algumas concessões, a empresa "espontaneamente" está pagando. Normalmente tem se feito um salário mínimo, a depender da capacidade da empresa, R\$ 1.000,00, etc. E a par disso, uma indenização por dano moral coletivo, dano moral causado à sociedade por este tipo de conduta. Pode ser um valor fixo ou pode ser uma prestação alternativa, normalmente doação às entidades consideradas de utilidade pública".*

⁸⁰ RIBEIRO JÚNIOR, José Hortêncio. *Tutela inibitória nas Ações Coletivas na preservação da dignidade da pessoa humana e na erradicação do trabalho escravo ou degradante. In: Ação Coletiva na visão de juízes e procuradores do trabalho*, p. 154.

A alternativa diante da impossibilidade de composição do conflito extrajudicialmente é a interposição de Ação Civil Pública (ACP), com a finalidade de alcançar a proteção dos interesses difusos e individuais homogêneos não obtidos pela ausência de assinatura de TAC⁸¹.

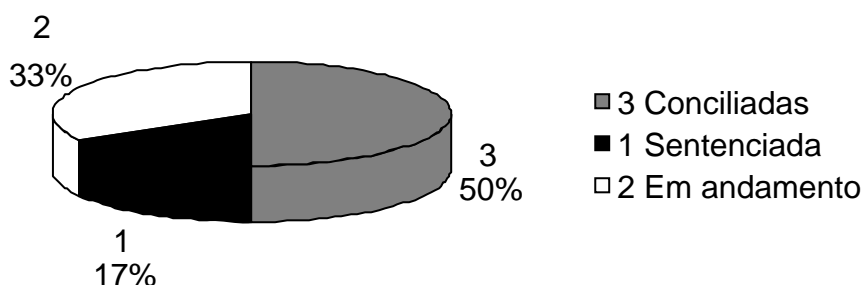
Desde 2005, na sede do MPT/PR já foram instaurados aproximadamente 26 procedimentos investigatórios (PI) a versar sobre intermediação ilegal de mão-de-obra e relações trabalhistas em condição análoga à de escravo no Paraná⁸². Destas investigações resultaram:

Gráfico 1 - Providências em PI's



Como se pode observar, aproximadamente metade das investigações que versam sobre trabalho escravo contemporâneo são solucionadas através da firma de TAC. Nas investigações em que foram necessárias as proposições de ACP (inclusive o único caso em que houve assinatura prévia de TAC, mas que a ACP teve por objeto a garantia de direitos não assumidos pelo empregador em sede de acordo), constata-se os seguintes andamentos:

Gráfico 2 - Andamentos das Ações Civis Públicas



⁸¹ Vale destacar decisão em sede de ACP proposta no Juízo do Trabalho de Jaguariaíva/PR, que em 17/04/2006, deu provimento parcial à ação, condenando o réu ao pagamento de dano moral coletivo da monta de R\$ 100.00,00 (cem mil reais), cf. informações cedidas pelo MPT/PR.

⁸² Dados fornecidos pela Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região.

Em todo o Brasil, desde 1995 até 2005, foram libertadas 17.983 (dezessete mil, novecentas e oitenta e três) pessoas reduzidas a condição análoga à de escravo, são dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) recentemente publicados pela OIT⁸³:

Tabela 1 – Trabalhadores Libertados 1995 – 2005 (SIT/MTE)

Ano	Número de operações ⁹⁰	Fazendas fiscalizadas ¹¹	Trabalhadores libertados	Direitos trabalhistas pagos (R\$)	Autos de infração lavrados
2005	82	185	4.113	7.478.400,29	2.224
2004	72	275	2.887	4.905.613,13	2.477
2003	66	187	5.090	6.085.918,49	1.418
2002	30	85	2.285	2.084.406,41	621
2001	27	147	1.247	860.236,46	775
2000	25	88	516	472.849,69	522
1999	19	56	725	-	411
1998	18	47	159	-	282
1997	20	95	394	-	796
1996	26	219	425	-	1.751
1995	11	77	84	-	906
TOTAL	395	1.463	17.983	21.985.124,47	12.204

Fonte: Secretaria de Inspeção do Trabalho/Ministério do Trabalho e Emprego

Isto evidencia que o problema atinge o âmbito nacional, não sendo diferente no estado paranaense. Como ressalta o Dr. Geraldo Serathiuk **“O quadro no Paraná (...) não está erradicado”**⁸⁴. A mesma conclusão expõe o MPT/PR ao estimar a existência de aproximadamente **20 mil trabalhadores sendo explorados e ofertando mão-de-obra em condição análoga à de escravo**, somente no ramo da extração e plantio no *pinus* no Paraná⁸⁵.

⁸³ Fonte: Secretaria de Inspeção do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego. Extraída de Relatório *“Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI”*. Coordenação de Leonardo SAKAMOTO e Projeto Nacional de Combate ao Trabalho Forçado. Publicação da OIT, em 20/09/2006. Brasília. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/news/nov/ler_nov.php?id=2321>. Acesso em 22/09/2006.

⁸⁴ Cf. trecho de entrevista anexa. Grifou-se.

⁸⁵ A teor da entrevista concedida pelo Dr. Luercy Lino Lopes – Procurador do Trabalho MPT/PR.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se fala em escravidão, o imaginário nos reporta às senzalas repletas de negros no Brasil do século XVI-XIX. Tecnicamente, esta forma de escravidão, composta pelo exercício do direito de propriedade sobre outrem – que durante muitos anos foi protegida pelo Poder Judiciário – não mais existe, tendo sido findada com a Lei Áurea de 1888. Mas para além desta situação jurídica, diferente é a realidade fática. Não sendo idêntica, mas ainda com a base na coação e violência, perdura a chamada *escravidão contemporânea*.

Esta espécie de escravidão foi tipificada no Código Penal, em seu artigo 149, sob a nomenclatura de “redução a condição análoga à de escravo”. Recentemente, a Lei nº 10.803, de 11/12/2003, alterou a redação do referido artigo para definir como trabalho em condição análoga à de escravo a submissão do obreiro a quatro requisitos alternativos: submissão da vítima a trabalhos forçados; a jornada exaustiva de trabalho; a condição degradante de trabalho; restrição da locomoção do trabalhador em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. Desta forma, a nova redação do artigo 149 do Código Penal evidenciou a necessidade de ser o trabalho livre e também digno.

A doutrina, entretanto, divide-se na compreensão conceitual dos elementos que compõe a redução a condição análoga à de escravo, concordando no que venha a ser condição degradante de trabalho, mas divergindo no que concerne aos trabalhos forçados e ao trabalho escravo contemporâneo propriamente dito.

Atinge-se, enfim, a realidade do Paraná ao se descrever as relações de trabalho em empresas cujo objeto social seja o florestamento e reflorestamento de *pinus*. É este o setor econômico em que, usualmente, são encontrados os trabalhadores paranaenses reduzidos a condição análoga à de escravo.

O caminho da escravidão contemporânea no Paraná inicia com o aliciamento de obreiros para a prestação de serviços em regiões distantes de seu local de origem. Após a arregimentação, dá-se início ao vertiginoso processo de endividamento dos trabalhadores, que mantidos em instalações absolutamente inadequadas à vivência, serão vítimas da servidão por dívida.

Quanto ao efetivo combate a esta forma extrema de exploração do labor humano procedeu-se à análise da atuação do Ministério Público do Trabalho –

Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região (MPT/PR). O início das investigações no Paraná começou a pouco mais de um ano e conta, atualmente, com aproximadamente 26 (vinte e seis) procedimentos investigatórios. É da prática do MPT/PR a requisição de diligência *in loco*, mediante ação fiscal em conjunto com a Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Paraná (DRT/PR) e com o Batalhão da Polícia Florestal. Destes procedimentos, a maior parte resultou na firma de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, instrumento com força de título executivo assinado com o fim de regularizar as relações trabalhistas e dar conta dos pagamentos devidos (inclusive quanto à indenização por dano moral individual e coletivo). Não sendo possível a regularização de todas as questões, é de competência do MPT/PR a propositura de Ação Civil Pública e mesmo Ação Civil Coletiva perante a Justiça Especializada do Trabalho.

Não obstante o crescente combate às formas de exploração do labor humano, especialmente a focalizada neste trabalho, não são muitas as fontes bibliográficas sobre o tema e quase inexistentes no que tange ao Paraná.

Contudo, a realidade fala daquilo que é ausente nos livros. Em viagem anteriormente citada à zona rural de Itaperuçu, Município componente da Região Metropolitana de Curitiba, um trabalhador do *pinus* que laborava em condições degradantes de trabalho, mas com liberdade de locomoção, relatou que preferia permanecer na situação em que se encontrava. Isto porque via que seus filhos tinham segurança e por ter através deste trabalho algum rendimento, ainda que ínfimo. Fica, então, para um aprofundamento futuro, a discussão de se o trabalho realmente dignifica o homem ou pode roubar essa dignidade de vez.

5. REFERÊNCIAS

- ABREU, Lília Leonor e ZIMMERMANN, Deyse Jacqueline. *Trabalho escravo contemporâneo praticado no meio rural brasileiro, abordagem sociojurídica*. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, v. 69, n. 2, jul.-dez./2003, p. 139-153. Brasília: Imprensa Nacional, 2003.
- ARRUDA, Kátia Magalhães. *Trabalho análogo a condição de escravo: um ultraje a Constituição*. Gênesis - Revista de Direito do Trabalho, v. 6, n. 36, dez./1995, p. 683-689. Curitiba, 1995.
- ASSUNÇÃO, Flávia. *O trabalho escravo no Brasil de hoje*. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, v. 15, n. 32, p.115-122. Recife: Revista TRT 6ª Região, 2004.
- AZEVEDO, Flávio Antônio Gomes e CACCIAMALI, Maria Cristina. *Dilemas da erradicação do trabalho forçado no Brasil*. Revista de Direito do Trabalho, an. 30, n. 115, jul.-set./2004, p. 143-167. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- BALES, Kevin. *Fim da escravidão depende de punição a beneficiários finais*. Entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo, publicada em 02/02/2004. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0202200428.htm>>. Acessado em 05/08/2006.
- BASTOS, Guilherme Augusto Caputo. *Trabalho Escravo: uma chaga humana*. Revista LTr, an. 70, n. 03, mar./2006, p. 367-371. São Paulo: LTr, 2006.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal: parte especial*, v. 2, 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. *Trabalho com redução do homem à condição análoga de escravo e dignidade da pessoa humana*. Gênesis - Revista de Direito do Trabalho, v. 23, n. 137, maio/2004, p. 673-682. Curitiba, 2004.
- CADERNOS RENAP – Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares, *Trabalho escravo*, Série A Proteção Jurídica do Povo da Terra, n. 5, dez./2004.
- CÂMARA, Edson de Arruda. *Trabalho escravo à luz do código penal*. Revista do Direito Trabalhista, v.10, n. 2, fev./2004, p.13-14. Brasília, 2004.
- COMISSÃO ESPECIAL DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA DA SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS, *Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo*. Brasília: OIT, 2003.
- CÔRREA, Luiz Fabiano. *A escravidão no Brasil*. Revista de Direitos Difusos – Escravidão e exploração humana, v. 23, jan.-fev./2004, p. 3257-3270. São Paulo.

Publicação de Advogados e Consultores Associados (ADCOAS) e Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP), 2004.

COSTA, Flávio Dino de Castro e. *O combate ao trabalho forçado no Brasil: aspectos jurídicos*. Notícia do Direito Brasileiro – Nova Série, n. 10, p. 31-48. Brasília, 2004.

DELMANTO, Celso, DELMANTO, Roberto e DELMANTO JÚNIOR, Roberto. *Código Penal Comentado*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

DOTTI, René Ariel. *Curso de direito penal: parte geral*, 2ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

FATTORI, Sara Corrêa. Congresso Internacional de Direitos Humanos. *Entre Velhas e Novas Formas de Escravidão - Formas de Exploração Humana no III Milênio*. Revista de Direitos Difusos, v. 5, n. 23, jan.-fev./2004, p. 3161-3169. São Paulo. Publicação de Advogados e Consultores Associados (ADCOAS) e Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP), 2004.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. *Do crime de redução a condição análoga à de escravo, na redação da Lei nº 10.803/2003*. Revista de Direito do Trabalho, an. 30, n. 114, abr.-jun./2004, p. 81-93. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. *Sobre os caminhos institucionais para o combate ao trabalho escravo contemporâneo no âmbito dos Municípios*. Revista de Direito do Trabalho, an. 30, n. 116, out.-dez./2004, p. 77-90. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. *Anais da oficina trabalho escravo: uma chaga aberta*. Realizada em 25/01/2003. Brasília: OIT, 2003.

FRANCO, Alberto Silva *et al.*. *Código penal e sua interpretação jurisprudencial*. 5ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos. *Trabalho escravo e competência*. Repertório IOB de jurisprudência: civil, processual penal e comercial, v. III, n. 17, p. 503-501, 2004.

HUNGRIA, Nélson. *Comentários ao Código Penal*, v. VI. Rio de Janeiro: Forense, 1955.

JORNADA DE DEBATES SOBRE TRABALHO ESCRAVO. *Anais da 1ª Jornada de debates sobre trabalho escravo: 24 e 25 de setembro de 2002*. Brasília, OIT, 2003.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. São Paulo: Papyrus, 1988.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *A ação civil pública e a tutela dos interesses individuais homogêneos dos trabalhadores em condição de escravidão*. Revista de Direito do Trabalho, an. 30, n. 113, jan.-mar./2004, p. 25-53. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

LEITE, Júlio César do Prado. *A portaria n. 1153, de 13.10.2003, do MTE, e a desconconsideração da proteção de trabalho assegurada pela legislação vigente*. Revista do Direito Trabalhista, v. 9, n. 11, nov./2003, p. 31.

LIMA, Maurício Pessoa. *O trabalho em condições análogas à de escravo no Brasil contemporâneo*. Exposição proferida na Oficina Jurídica “Trabalho Escravo” no II Fórum Social Mundial, em 02/02/2002, em Porto Alegre/RS.

MELO, Luis Antonio Camargo de. *As atribuições do ministério público do trabalho na prevenção e no enfrentamento ao trabalho escravo*. Revista LTr, v. 68, n. 4, abr./2004, p. 425-432. São Paulo: Revista LTr, 2004.

_____. *Ação Coletiva no Trabalho ao combate escravo*. In: Ação Coletiva na visão de juízes e procuradores do trabalho/José Hortêncio Ribeiro Júnior... [et al.], organizadores, p. 157-179. São Paulo: LTr, 2006.

_____. *Palestra O Trabalho Escravo e os Direitos Humanos*. Proferida no evento Direitos Humanos Encontro Brasileiro – Uma Pós-Graduação em realidade, realizado no Centro de Convenções de Curitiba/Pr, em 02/08/2006.

MELLO, Maurício Correia de. *A atuação do ministério público do trabalho no combate às modernas formas de escravidão*. Jornal Trabalhista Consulex, v. 19, n. 945, dez./2002, p. 5-6. Brasília, 2002.

MELTZER, Milton. *História Ilustrada da Escravidão*. Tradução: Mauro Silva. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

NEQUETE, Lenine. *Escravos & Magistrados no 2º Reinado: aplicação da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871*. Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1988.

OBSERVATÓRIO SOCIAL EM REVISTA., *Trabalho escravo no Brasil*, n. 6, junho/2004. Publicado por Instituto Observatório Social, 2004.

_____. *Que moda é essa?*, n. 10, maio/2006. Publicado por Instituto Observatório Social, 2006.

OLIVEIRA, Rosivaldo da Cunha. *A caracterização do trabalho escravo no Brasil*.

Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, v. 10, n. 1, dez./2003, p. 41-48. Natal: Revista TRT 21ª Região, 2003.

PEDROSO, Fernando de Almeida. *Redução à condição análoga de escravo (com a nova redação dada pela Lei nº 10803, de 11.02.2003)*. Revista dos Tribunais, v. 93, n. 824, jun./2004, p. 438-442. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

PEREGALLI, Enrique. *Escravidão no Brasil*. Coleção História Popular, 3ª ed. São Paulo: Global, 1997.

PIERANGELI, José Henrique. *Manual de direito penal brasileiro: parte especial (arts. 121 a 234)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

RELATÓRIO “*TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL DO SÉCULO XXI*”. Coordenação de Leonardo SAKAMOTO e Projeto Nacional de Combate ao Trabalho Forçado. Publicação da OIT, em 20/09/2006. Brasília. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/news/nov/ler_nov.php?id=2321>. Acesso em 22/09/2006.

REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO / Procuradoria-Geral do Trabalho. *Edição Especial Trabalho Escravo*, an. 1, n. 1, mar./1991. Brasília: Procuradoria Geral do Trabalho, 1991.

REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DO RIO GRANDE DO NORTE / Procuradoria Regional do Trabalho – 21ª Região, v. 6, n. 6, agos./2005, p. 216-235. Natal: PRT – 21ª Região, 2005.

REVISTA NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. *Em pleno século 21, existem no mundo 27 milhões de escravos*, 41ª ed., set./2003.

REVISTA VERNÁCULO – HISTÓRIA E REFLEXÕES, *Dossiê Escravidão*, n. 3, set.-dez./2000, p. 49-107. Publicação de Imprensa Universitária da UFPR, 2000.

RIBEIRO JÚNIOR, José Hortêncio. *Tutela inibitória nas Ações Coletivas na preservação da dignidade da pessoa humana e na erradicação do trabalho escravo ou degradante*. In: *Ação Coletiva na visão de juízes e procuradores do trabalho*/ José Hortêncio Ribeiro Júnior... [et al.], organizadores, p. 135-156. São Paulo: LTr, 2006.

SANTOS, Ronaldo Lima dos. *A escravidão por dívidas nas relações de trabalho no Brasil contemporâneo*. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, n. 24, jan.-jun./2004, p. 131-149, Campinas: TRT 15ª Região, 2004.

SECCHIN, Cláudio. *Como funcionam as ações de fiscalização*. Jornal Trabalhista Consulex, v. 20, n. 953, fev./2003, p. 7-8. Brasília, 2003.

SENTO-SÉ, Jairo Lins de Albuquerque. *Trabalho forçado e a questão do menor na zona rural do Brasil*. Revista de Direito do Trabalho, an. 25, n. 96, out.-dez./1996.

SOARES, Evanna. *Meios coadjuvantes de combate ao trabalho escravo pelo Ministério Público do Trabalho*. Revista do Ministério Público do Trabalho, an. 1, n. 1, mar./1991.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. *Manual de direito penal brasileiro: parte geral*. 5ª ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

ANEXO I

ENTREVISTA COM PROCURADOR DO TRABALHO DR. LUERCY LINO LOPES
(MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – PROCURADORIA DA 9ª REGIÃO)

Realizada em 17/08/2006.

Priscila Lopes Pontinha – Dr. Luercy, a primeira coisa que eu tenho dificuldade de entender é o conceito. Porque tem autor que diz que trabalho degradante é uma coisa, trabalho escravo é outra e trabalho forçado é outra. Outros autores que ainda dizem que nada disso é importante, pois na prática tudo acaba tendo o mesmo efeito pra pessoa que está nesta situação. O Senhor entende que seja importante essa diferença de conceito? Como o Ministério Público do Trabalho vê isso?

Dr. Luercy Lino Lopes – Nós, pra conceituarmos o trabalho escravo, partimos da única referência legal que existe que é o artigo 149 do Código Penal. E lá nele está definido que, na verdade, não existe o *trabalho escravo*, existe o crime de redução a condição análoga à de escravo, que se caracteriza, se tipifica, por três condutas básicas. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo quer submetendo a jornada exaustiva, quer privando de maneira o seu direito de ir e vir – normalmente se faz isso por dívida, a chamada “prisão por dívida” - quer submetendo a trabalho em condições degradantes. Então uma vez presentes quaisquer uma dessas situações estará caracterizado o crime de redução a condição análoga à de escravo. Como não há uma norma trabalhista específica pra definir essa situação, nós utilizamos a única referência legal que é essa do artigo 149. Então pra nós, essa questão de você buscar o que é buscar trabalho degradante, o que é jornada exaustiva, o que é prisão por dívida, não faz a mínima diferença, desde que qualquer uma dessas situações uma vez caracterizada, caracteriza também a redução a condição análoga a de escravo, que é o que importa pra nós.

PLP- Qual a sua opinião em relação ao artigo 149? Já ouvi alguns Procuradores do Trabalho defendendo que ele foi uma boa inovação, mas que ele limitou o conceito também...

LLL – Eu já ouvi, ou tenho ouvido mais, que ele não limitou. É verdade que ele foi muito amplo. Exatamente o contrário, ele ampliou, banalizou de certa forma o que seria trabalho escravo. Mas eu entendo que representou um avanço muito grande se você considerar a redação anterior, que era muito vaga, dizia: *reduzir alguém a condição análoga à de escravo*. Quer dizer, até então não havia uma condenação criminal sequer por redução a condição análoga à de escravo porque não se sabia, até hoje, não se tinha definido o que é, como se caracteriza, como que se tipifica essa conduta. Então, o que a atual redação do artigo 149 fez foi esclarecer, o trabalho em condição análoga à de escravo ocorre nessas hipóteses, definiu em três condutas básicas que tipificam o crime de redução a condição análoga à de escravo. Foi uma inovação, não perfeita, mas que foi muito importante em relação a aquilo que já tínhamos.

PLP – Existe muito forte a presença do “gato” quando falamos em redução a condição análoga à de escravo.

LLL – Empreiteiro-gato...

PLP – Então, como uma pessoa acaba chegando à situação de escrava?

LLL – Bom, nós estamos falando de pessoas muito simples. De trabalhadores, de pessoas alienadas, pessoas desesperançadas, pessoas que não tem nenhuma outra opção, que nasceram, cresceram e se criaram conhecendo apenas como alternativa de renda esse tipo de atividade. É importante consignar, quando se quer entender todo esse percurso do aliciamento, é importante entender quais os locais que isso acontece. Normalmente são os Estados mais pobres da União, principalmente Alagoas, Piauí, Maranhão e Bahia também. Mas basicamente Alagoas, Piauí, Maranhão. Maranhão e Piauí são os campeões, porque são locais onde a oportunidade de emprego e de formação de renda são escassos, aí normalmente entra a figura do “gato”, do aliciador. Ele já conhece essa situação, essa realidade, sabe os locais onde procurar essa massa de trabalhadores que se oferece e estão sempre a disposição... Aí começa todo o ciclo, mediante falsas promessas, desde salário/rendimento, como condição de trabalho, eles são levados a locais muito distantes daqueles onde eles provêm. Normalmente isso acontece basicamente em área rural, em fazendas localizadas em regiões remotas, de difícil acesso. Normalmente vão à noite, embriagados e quando chegam ao local, a realidade que eles encontram é totalmente diferente da inicialmente prometida. Os alojamentos são péssimos – quando existem alojamentos – normalmente são barracos de lona precariamente instalados, sem refeitório, sem nada. Eles já chegam devendo – aí vem a prisão por dívida – eventuais adiantamentos que são feitos pra família, passagem ou despesa de deslocamento – normalmente é por ônibus fretado – e alimentação, gêneros de primeira necessidade que eles recebem normalmente do “gato” ou do próprio proprietário da fazenda. E ali essa dívida cada dia aumenta. O valor da diária combinada lá no recrutamento chegando ao local da fazenda é outro. Aí o trabalhador já não tem como voltar, porque não tem meios de se locomover e na maioria das vezes não sabe nem onde está. O endividamento vira uma roda-viva, cada vez aumenta mais, de sorte que ele vai trabalhar ali três, quatro, cinco meses, um ano e ao final vai estar devendo mais do que quando entrou. E aí o ciclo está feito. Normalmente é assim que funciona.

PLP – Neste momento ele já não tem mais condição de escapar...

LLL – Não tem mais condição de escapar. Ele permanece e dificilmente vai escapar dali. Até porque os trabalhadores geralmente são pessoas simples e muito corretas, e isso eu sei porque já participei de inúmeras diligências, já entrevistei, a impressão que eu tive dessas pessoas é que são pessoas corretas que acreditam mesmo que estão devendo. E como são muito corretas, não admitem a idéia de deixar o local sem antes pagar o que devem. Isso faz com que cada vez mais eles sejam explorados e consentem até, de certa maneira, com a própria exploração. Como que eles saem de lá? Normalmente porque acaba o serviço e aí são despejados ou então quando alguém foge e denuncia e instaura-se todo o procedimento investigatório. Do contrário, dificilmente eles saem porque, embora haja uma falsa idéia de liberdade *“não, você pode pra onde você quiser”* é o que nós escutamos, *“não há vigilância armada, ninguém tá impedindo o trabalhador de deixar o local...”*, só que na prática, ele não tem como fazer isso. O local é muito distante, ele não tem dinheiro – está devendo, naturalmente não tem dinheiro nem pra comprar uma garrafa de água, um sanduíche – ele não conhece a região onde está – normalmente é uma mata. Eu presenciei caso de trabalhador ter escapado do local e ter andado dois dias e uma noite inteira, 130 km, para chegar até no primeiro vilarejo

mais próximo e de lá conseguir ajuda pra poder chegar à cidade onde havia um centro de defesa de direitos humanos que encaminhou a denúncia. Então, é muito difícil. Sem falar que ele vai estar viajando sem comer ou se alimentando de frutas, exposto ao perigo de estar andando na mata – nós estamos falando da Amazônia, não é nada assim..

PLP – Como andar aqui na cidade...

LLL – Pois é, não... Normalmente ele não tem como deixar o local sem que o patrão permita e facilite pra ele a saída no final dos trabalhos, quando não interessar mais o trabalhador pra ele. Aí normalmente ele diz o seguinte: *“Olha, você tá aqui me devendo uns R\$ 500,00 ou R\$ 400,00, mas como eu sou muito “bonzinho”, você pode ir embora que eu não vou te cobrar não... fica por isso mesmo”*. E ainda sai agradecido pelo patrão de ter sido “bonzinho” com ele e ter deixado ele ir embora devendo.

PLP – O Senhor me corrija se eu estiver errada, até porque ainda estou montando essa idéia, mas percebi que no norte do Brasil existe a questão das carvoarias, encontrar esse trabalho em carvoarias...

LLL – Carvoarias e fazendas, roçada de fazendas, limpeza de áreas pra plantio, preparo para lavoura. Pois lá uma fronteira agrícola, como norte do Maranhão, sul do Maranhão, norte do Piauí e também já no Estado do Pará são as mais recentes fronteiras agrícolas. Estão plantando muita soja lá. No Mato Grosso também. Aí precisam do trabalhador pra no segundo momento fazer a limpeza de raiz, catação de raiz. Aquele trabalho árduo, doloroso, penoso mesmo depois que as máquinas fazem a derrubada, a queimada, etc..., a soja precisa de terrenos limpos pra poder ser plantada. Eles são usados também pra isso, mas basicamente o trabalho mais penoso ocorre nas carvoarias – existem muitas lá – nas fazendas no roço, que chamam de roço de juquira, limpeza de pastagem.

PLP – Roço?

LLL – Roço de juquira. Juquira são as ervas invasoras, ervas daninhas. Também pra limpeza de área pra agricultura. Basicamente nós temos visto nessas três atividades a exploração dos trabalhadores.

PLP – No sudeste existe a questão da indústria têxtil, com clandestinos.

LLL – Sobretudo em São Paulo. Há um foco de exploração de trabalhadores estrangeiros, basicamente bolivianos e chineses.

PLP – Ilegais?

LLL – Todos. Todos ilegais. Também são atraídos para o Brasil com falsas promessas por bolivianos ou chineses mesmo. Os próprios compatriotas é que os trazem, são os “gatos refinados”, “gatos internacionais”. Trazem esse pessoal que são utilizados basicamente na indústria têxtil. Isso nós já tivemos a oportunidade de ver também. Em São Paulo, principalmente, existem alguns bairros de periferia, com residências abandonadas, ali se empilham 20, 30 bolivianos, famílias em moradias coletivas. Eles trabalham ali e ali mesmo dormem. Têm basicamente a comida e nada mais que isso.

PLP – A minha pesquisa é sobre a região metropolitana de Curitiba,

especificamente no Paraná. Então eu gostaria de saber como é o perfil no Paraná e como funciona a atuação do MPT na região metropolitana. Se tem, se não tem trabalho escravo...

LLL – Basicamente quando falamos em trabalho em condições análogas à de escravo a imagem que nos vem é a do trabalhador lá nos confins da Amazônia, não se faz idéia de que aqui na região Sul ou o próprio Sudeste mesmo, que são regiões mais desenvolvidas do país, pudesse ter esse tipo de atividade, o que é uma tolice. Nós temos aqui a 30 km, como na semana passada, nós encontramos no Município de Campo Magro – a 30 km do centro de Curitiba e em Bocaiúva do Sul – a 40 km, trabalhadores em condições tão ruins ou piores ainda do que alguns que eu já tinha encontrado no Pará, para se ter uma idéia. Bom, basicamente no Paraná o que eu tenho visto, é possível que haja em outras atividades, mas o que eu tenho visto mesmo é essa situação vinculada à exploração de madeira, de *pinus*. Plantio, atividade de silvicultura e colheita, corte de *pinus*. Nós temos um cinturão de *pinus* muito grande no Paraná. O cinturão sai na verdade de Santa Catarina e pega uma faixa muito grande no Paraná. Tanto em Santa Catarina como no Paraná – em Santa Catarina eu tenho notícia, mas no Paraná eu já constatei diversas vezes e em várias situações – realmente é uma atividade que tem gerado muita exploração do trabalhador nesta situação. Falando em região metropolitana, a maior incidência está em Tunas do Paraná, região de Tunas e Cerro Azul. Cerro Azul, Tunas, Adrianópolis e Dr. Ulysses, aquela região já em divisa com São Paulo. E agora também essa notícia de que aqui do lado de Curitiba já estão começando a plantar *pinus* na região de Campo Magro, que, aliás, é uma região de preservação permanente, é uma área que não deveria ter, acho que são culturas clandestinas, sem a autorização do órgão ambiental. A região de Guarapuava tem muito, Guarapuava, Irati, Sengés, Inácio Martins. Temos notícia de que na região de União da Vitória tem muita exploração de trabalhadores de *pinus*. É proliferado no Paraná inteiro, praticamente em todas as regiões nós vamos encontrar. Nós estamos iniciando um trabalho de repressão a isso. É difícil porque é uma área muito grande e espalhada e as denúncias, ao contrário do que acontece por exemplo no Pará onde existem algumas ONG's, entidades de defesa de direitos humanos normalmente vinculadas à Comissão Pastoral da Terra, que fazem as denúncias, recebem os trabalhadores fugitivos, isso favorece a fiscalização porque aí nós temos a pessoa que vai nos levar até o ponto, aqui no Paraná não existe isso. Pelo menos até hoje nós não temos uma denúncia sequer formalizada por qualquer entidade dessas. Normalmente, a fiscalização é por conta própria – vai-se até a região e descobre – ou então o trabalhador, como foi esse último caso agora, os trabalhadores foram até a Justiça do Trabalho em Colombo e de lá foram encaminhados para nós. Foi quando fizemos a operação.

O que acontece, qual é a forma de atuação, o *modus operandi* nossa nesses casos? Tão logo chegue a notícia, nós temos uma equipe na DRT de Auditores Fiscais que nos acompanham nessas inspeções. Nós fazemos uma inspeção conjunta, nos dirigimos até o local e constatando que seja a hipótese de trabalho em condições análogas à de escravo o procedimento é interditar toda a área de serviço imediatamente e forçar... o termo não é bem esse, mas forçar o responsável a regularizar de imediato através de uma Termo de Ajuste de Conduta firmado pelo Ministério Público, regularizar de imediato a situação daqueles trabalhadores, formalizando o contrato de trabalho deles, observando todo o período trabalhado, efetuando o pagamento de todo o saldo de salarial do período, das verbas

rescisórias porque aí ocorre a rescisão indireta do contrato e providenciando o retorno de imediato desses trabalhadores aos seus locais de origem. O trabalhador resgatado, submetido a condição análoga à de escravo e posteriormente resgatado, tem direito a um seguro-desemprego especial de três parcelas do salário-mínimo, independente do tempo de trabalho, enfim, um dia que ele tenha sido explorado nesta situação ele já faz jus ao direito. Então nós tomamos essas providências aqui e até hoje todas as situações foram resolvidas dessa maneira.

PLP – Então esse trabalhador é encaminhado à região de origem? O que acontece com ele?

LLL – É obrigação do empregador providenciar o transporte do trabalhador para o local de origem dele. Não pode simplesmente liberá-lo. Isso nós não abrimos mão, que ele providencie condições de transporte para o retorno ao local onde ele foi aliciado. A partir daí nós encaminhamos cópias de todo o processado para o Ministério Público Estadual que é quem tem a atribuição de eventualmente responsabilizar criminalmente quem deu causa a essa situação.

PLP – Existe também uma discussão em relação à competência...

LLL – Existe. Porque se diz respeito a direitos humanos coletivamente considerados, a competência se deslocaria para a Justiça Federal. Mas na verdade essa é uma tese que não tem vingado. Nós temos visto a Justiça Federal declinando essa competência para a Justiça Estadual. Aí a Justiça Federal tem chamado para si apenas naquelas hipóteses em que ocorre lesão, genericamente falando, à órgãos de defesa – organismos públicos de defesa dos trabalhadores. São hipóteses muito raras de acontecer, os crimes de greve, mas esse crime específico não, é considerado de competência da Justiça Estadual.

PLP – A tendência é que permaneça a competência criminal na Justiça Estadual?

LLL – A tendência é essa.

PLP – Em relação à terceirização?

LLL – A terceirização é muito responsável por isso. É muito complicado falar em terceirização, pois quando fala em terceirização, estou falando da terceirização legal, albergadas pela lei, aquelas atividades que podem ser terceirizadas. Mas o que acontece? Nessas situações nem se fala em terceirização. Ela é tão irregular, ilegal, que não dá pra se falar em terceirização, mas em fraude mesmo. Então, quando eu considero terceirização, considero a terceirização regular, como os serviços auxiliares: limpeza, conservação, vigilância, temporário, etc... que a lei permite. Fora essas hipóteses, tudo é fraude.

PLP – E não é disso que estamos tratando...

LLL – Não é disso que estamos tratando, nós estamos falando de fraude mesmo, a utilização do “gato” para mascarar uma relação de trabalho autônomo. Porque na verdade o dono da área não terceiriza para o “gato”, ele usa o “gato” como intermediador de mão-de-obra, que traz esses trabalhadores como se fossem “autônomos”, como se eles tivessem autonomia e dessa forma eles são tratados. Mas a terceirização de modo geral, agora falando da terceirização regular e com maior razão ainda a terceirização irregular, ela é sim causa de precarização das

condições de trabalho. Porque quando se terceiriza uma atividade o prestador de serviço só dispõe da mão-de-obra pra aumentar o lucro dele. Ao passo que o tomador não, ele tem todo o sistema produtivo dele, ele pode reduzir um pouco de custo nos insumos, ele pode reduzir um pouco de custo no material, na matéria-prima, na energia que ele gasta. Mas o prestador de serviço não, só dispõe da mão-de-obra, então o que ele faz: precariza a mão-de-obra, precariza as condições de segurança, a remuneração para poder ampliar o lucro dele.

PLP – Aqui no Paraná, essa terceirização vem mais através da figura do empreiteiro?

LLL – Estou falando especificamente da área de *pinus* que é onde nós temos encontrado já o foco de nossa conversa, o trabalho escravo. Na área do *pinus* o que eu tenho visto é a terceirização de atividade de plantio, de corte. Quanto falo em plantio eu falo da silvicultura, que vai desde o preparo do solo até a fase do corte, aí tem tratos culturais, desgalhamento, combate a formigas, todas aquelas atividades que envolvem a cultura do *pinus*, da árvore até o ponto de abate. E é claro que uma empresa que tem por objeto social a execução de projetos de florestamento e reflorestamento não pode terceirizar atividade-típica, atividade-fim dela, qualquer uma dessas atividades que estejam inseridas naquelas atividades necessárias e indispensáveis para ela executar a finalidade social dela. Nós temos batido muito nisto, várias ações. Desenvolvi uma inicial a partir dali, mas situação é praticamente a mesma, o *modus operandi*, a alegação é de que para essas empresas seria muito dispendioso montar uma estrutura pra executar essas atividades e por isso aproveitam esses empreiteiros que já existem no mercado há muito tempo e que são, na verdade, quem explora diretamente os trabalhadores. Pessoalmente são eles que exploram, mas o beneficiário final é o proprietário da área. Em algumas empresas é possível fazer a terceirização, desde que a atividade delas não seja exatamente estas de florestar, reflorestar ou execução de atividades de corte e remoção de madeira. O exemplo clássico são as madeireiras que só industrializam madeira. A atividade dela é comprar madeira. Ela pode comprar a madeira posta na empresa, pra depois cortar e industrializar, ou ela pode comprar madeira “em pé”. Quando ela compra madeira “em pé”, eu entendo que é lícito a ela contratar uma empresa idônea para fazer o corte, que ela não tem por objetivo social o corte e remoção de madeira, ela só faz a industrialização. Ela celebra um contrato de compra e venda com o proprietário da área e nesse contrato há uma cláusula que prevê que a responsabilidade pelo corte é inteira dela. Aí acho que é lícito, desde que se trate de um empreiteiro idôneo que cumpra a legislação de proteção ao trabalho. Nessas hipóteses eu tenho considerado válido. Mas é minoria.

PLP – E sobre o ressarcimento? O Doutor já explicou que o trabalhador é encaminhado ao local de origem, sob a responsabilidade do próprio empregador. E a empresa? Como ela vai ressarcir o que aconteceu?

LLL – O ressarcimento passa naturalmente pelo pagamento de todas as verbas devidas aos trabalhadores, incluindo aí salários, e para a apuração disso os Auditores tomam em conta as declarações dos próprios trabalhadores: “*olha, fui contratado para ganhar tanto por dia... 20 reais por dia*”, você multiplica por 30 e são R\$ 600,00 ao mês, ou então, “*fui contratado pra ganhar R\$ 300,00 pra capina de 1 alqueire de pinus. Faço 2 a 3 alqueires por mês*”, são R\$ 900,00. Então, uma média define o valor do salário e o cálculo é feito com base neste valor, o cálculo das

verbas rescisórias. Eu incluo em todos os meus TAC's uma indenização por dano moral individual – pela exposição àquela situação degradante -, pode até considerado simbólico, o valor é pequeno, mas nesse momento o que se pode conseguir para o trabalhador é interessante. Por ser também um Termo de Ajuste de Conduta, se faz algumas concessões, a empresa “espontaneamente” está pagando. Normalmente tem se feito um salário mínimo, a depender da capacidade da empresa, R\$ 1.000,00, etc. E a par disso, uma indenização por dano moral coletivo, dano moral causado à sociedade por este tipo de conduta. Pode ser um valor fixo ou pode ser uma prestação alternativa, normalmente doação às entidades consideradas de utilidade pública, entidades assistenciais como liga de combate ao câncer, liga de combate à tuberculose, tenho dirigido a essas entidades. Eu acredito que universo de trabalhadores explorados aqui no Paraná passe de 20.000 (vinte mil) nesta atividade de *pinus*. Mas é uma estimativa, porque não há elementos, a estimativa é com base no que vimos aqui: uma fazenda com 120 trabalhadores, imagine quantas fazendas de *pinus* têm no Estado e chega-se a esse número, mas não há o mapeamento disto, não há nenhuma entidade que possa passar esses dados com segurança.

PLP – A maior parte do início das investigações é por conta de fiscalização própria?

LLL – Por procedimentos instaurados basicamente aqui no Ministério Público, a maioria deles. Num primeiro momento nem versavam sobre trabalho escravo, mas na seqüência das investigações, nós constatamos que era essa a situação. A partir daí começamos a fazer esse trabalho. O interessante é que apenas uma vez foi requisitado o Grupo Móvel de Fiscalização (Auditores do Ministério do Trabalho especializados no combate do trabalho escravo – atuam muito na região do Norte e Nordeste), para região de Guarapuava. No mais, tem sido feito por uma equipe da DRT daqui mesmo. Mas não há muita experiência. Todo o sistema de fiscalização e a sua condução, em se tratando de trabalho escravo, é diferenciado. Não é uma fiscalização ordinária, corriqueira. Tem que ter aparato especial, inclusive resgate dos trabalhadores, pagamento das verbas, isso não é feito normalmente. Numa fiscalização corriqueira, lavra-se o auto de infração e vai embora. Ali não, enquanto não resolver o problema, a fiscalização não pára. Fica no local.

PLP – Fica no local?

LLL – Fica no local. Até porque nós trabalhamos muito com a questão do crime. Embora nosso foco não seja o aspecto criminal, mas sim a regularização do aspecto trabalhista, nós usamos muito essa possibilidade de punição criminal para forçá-lo a resolver imediatamente a situação. Porque em se tratando de um crime permanente, como é a redução a condição análoga à de escravo, enquanto permanecer aquela situação o sujeito está em estado de flagrante, é uma forma de pressionar o responsável a resolver a situação e pagar, que é o que nos interessa naquele momento.

PLP – Então, na fiscalização, vai a equipe do MPT, da DRT, vai Polícia também?

LLL – DRT local e vai a Polícia também. Nós temos utilizado o Batalhão de Polícia Florestal. Até porque são inspeções rurais que envolvem questões ambientais e eles são mais aparatados para tratar desses aspectos. Além de nos oferecer segurança,

porque é muito comum encontrar pessoas armadas, fazem também a repressão aos crimes ambientais.

PLP – Por enquanto aqui no Sul, não existem Varas Itinerantes com juízes que acompanhem?

LLL – Não tem. Seria interessante, mas aqui não há necessidade porque as distâncias são pequenas. Isso se justifica no Pará, porque a Vara do Trabalho tem jurisdição numa extensão territorial de 500 km, logo é inviável. É interessante que a vara do trabalho esteja junto porque ali você já coleta prova, ouve testemunha, o Ministério Público já elabora petição, ela já é protocolizada, o juiz de imediato designa audiência, cita parte, intima as testemunhas, ouve no local, faz a inspeção judicial, porque essas testemunhas nunca mais serão ouvidas, se for esperar a movimentação normal de um processo, fica sem. Um processo fadado ao insucesso. Mas aqui não se justificaria, em termos. Os deslocamentos são de 30, 40 km até a Vara mais próxima.

PLP – O que comprova que existe perto...

LLL – Existe! Mesmo aqui do lado de Curitiba. Está acontecendo aqui do nosso lado.

PLP – E a primeira coisa a ser feita é o TAC?

LLL – A primeira forma mais rápida de solução é o TAC, que na verdade é um substitutivo de uma sentença, você antecipa os efeitos que você conseguiria com uma sentença depois de 5 ou 6 anos litigando, com o risco de eventualmente não produzir prova, você antecipa com o TAC. Então o TAC é um instrumento importantíssimo. Você passa toda a fase de conhecimento. Se amanhã ou depois a pessoa reincidir, aí já não se depende de um processo de conhecimento, apenas de execução, pois ele assumiu no TAC a obrigação de não submeter aquelas pessoas àquelas condições, deixar de oferecer água potável, refeitório, dormitório, etc... Então, foi antecipada toda a fase de processo de conhecimento, que sabemos como é demorada e os percalços que tem.

PLP – Qual a sua opinião sobre a PEC da expropriação de terras?

LLL – Acho que seria um instrumento valiosíssimo para nós, para todo o aparato estatal que combate o trabalho escravo. Porque a possibilidade de perder a terra, pra quem faz a exploração, é algo impensado. Hoje não se pensa nisso. A partir do momento que você tem essa realidade, essa certeza, acho que isso servirá de freio. Não vou dizer que vai evitar totalmente, mas acredito que as primeiras propriedades forem sendo expropriadas, geraria o efeito “profilático” em relação aos demais e os casos seriam reduzidos drasticamente. Embora, acho difícil que seja aprovada, a bancada ruralista tem impedido, este projeto já está aí há quatro ou cinco anos, aliás, essa já é a terceira ou quarta versão adaptada. A expectativa que venha a ser aprovada da forma como foi redigida originalmente, não existe. Mas seria uma medida interessante se fosse possível.

PLP – Tem como falar em prevenção?

LLL – Tem. O que nós podemos identificar como causa dessa exploração? Eu costumo identificar como causa mais direta a falta de oportunidade, alienação quanto a direitos, miséria humana desses trabalhadores. Num segundo momento,

não se pode fechar os olhos para a ausência do Estado, a impunidade. Impunidade que se materializa na absoluta ausência do Estado em relação a essa situação, dos organismos estatais não tem estrutura de fiscalização. Nós estamos falando do Paraná e isso acontece a 30 km de Curitiba, que é um centro desenvolvido do país. Imagine nos confins da Amazônia. Por exemplo, no Estado do Maranhão tem a Delegacia do Trabalho em São Luís e um posto, uma agência de atendimento do Ministério do Trabalho em Imperatriz. E só! Não existe mais nada. Tem dois funcionários em Imperatriz, um é auditor e outro é funcionário administrativo. É a certeza de que ninguém vai ser fiscalizado. É uma região muito perigosa. Policiamento. Você anda no Pará, Maranhão, 200, 300 km não vê um posto de policiamento. Ali tudo que se pode imaginar corre por aquelas estradas, madeira clandestina, drogas, armas, assaltos constantes... então, eu caracterizo isso, a ausência do Estado, dos organismos estatais como causa próxima da manutenção dessa situação e a certeza da impunidade. Aí não adianta fazer uma mera repressão pontual. *“Ah! Tem uma denúncia aqui”*. Isso aconteceu comigo. O Ministério do Trabalho vem com uma “ordem de serviço” pra atender um determinado caso. Tem um dos trabalhadores de uma fazenda que fugiu e está lá aguardando. Passamos no Centro de Defesa, pegamos o sujeito e ele vai nos guiar até o ponto. Às vezes 200 km de estrada de chão. Lá naquele ponto nós sabemos que tem 10 ou 12 trabalhadores na mesma situação. Só que no caminho nós passamos por umas 15 ou 20 propriedades, numa carvoaria eu calculei que tinham em torno de umas 100 pessoas, assim, próximo da estrada, dá pra enxergar. Não consigo ver isso, *“Vamos ali pessoal, a gente está passando”, “Não podemos ir, porque nós temos que atender outra situação”*. Então você vai atender e deixa-se 50 pessoas aqui, 100 ali... Porque não tem estrutura pra isso. Não haveria necessidade de deslocar pessoas daqui, uma vez identificado que lá é o grande foco, lá tinha que ter uma estrutura permanente, radicada lá, de fiscalização. Claro que só fiscalização não resolve, você está atacando a consequência e não a causa, mas aí se vai entrar na discussão de formação profissional, educação...

PLP – Que tipo de informação deve conter uma denúncia? Quais as informações necessárias numa denúncia para que haja fiscalização?

LLL – Para nós do Ministério Público, nós temos metas de atuação. Uma das nossas metas é justamente o combate ao trabalho escravo. É uma das nossas metas institucionais. Tanto que nós temos uma coordenadoria nacional e em cada Estado – São Paulo tem duas procuradorias, cada procuradoria nós temos um representante titular e um suplente. Aqui no Paraná eu sou o titular e o Dr. Gláucio é o suplente. O que acontece? Qualquer notícia que possa conduzir a uma situação de trabalho escravo, para nós, é prioridade absoluta. Nós agimos imediatamente. Porque essa situação requer atuação imediata, pois, às vezes, dura dias, 15/20 dias, encerrado o serviço, o pessoal é despejado e só se encontra vestígios, que foi o que nós encontramos agora recentemente em Guarapuava. A juíza federal de Guarapuava encaminhou uma denúncia, que segundo a denúncia envolvia 1.000 trabalhadores, para que não durasse muito o serviço, não fosse feito o flagrante. Mas com a liminar da juíza, foi encaminhada a denúncia, nós estivemos lá dias depois e não encontramos mais ninguém, somente os inúmeros barracos e muita madeira cortada que não pode ser retirada. Tinha gente que dormia em cima de laje. Mas infelizmente chegou-se tarde...

PLP – E a natureza desse tipo de trabalho já é assim...

LLL – É sim rápido, transitório... Na verdade a repressão no Paraná neste setor começou com a gente aqui, há menos de um ano, quando chegou o primeiro caso. É uma coisa meio nova, mas já há uma movimentação muito grande por parte dos produtores...

PLP – E o núcleo aqui do MPT então faz mais ou menos um ano que está atuando?

LLL – No *pinus* sim. Não se tinha idéia de que existia essa situação. Na verdade nós pegamos o primeiro caso por acaso! Nós fomos fiscalizar uma outra situação, de oito trabalhadores sem registro, a denúncia era esta. O próprio “gato” que nos levou, o empreiteiro. Ele não tinha recebido. O dono da fazenda tinha o dispensado sem lhe pagar, então ele achou que tinha que receber. Aí ele foi até o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Cerro Azul e fez a denúncia lá. Ele achou que ia receber. Quando ouvimos a história, percebemos que ele era um “gato”, mas queríamos que ele nos levasse até onde estavam os trabalhadores. E ele foi conosco até o local. Chegando lá, os trabalhadores já tinham ido pra região de Tunas, numa outra fazenda. Ele sabia onde era e ele nos levou até lá. Chegando em Tunas, já era noite, fomos direto nos barracos de lona. Mas eram oito só. Aí eu vi várias luzes, de lamparinas. E perguntei o que eram aquelas outras luzes. *“Ah não! Ali são outros barracos... de outros empreiteiros, não tenho nada a ver com eles.”* Perguntei: *“mas tem mais empreiteiros?”* *“Nossa, tem um monte.”* E nós começamos a ir de barraco em barraco, às 20 horas da noite, chamando um por um, anotando nome, eram mais de cem. Foi ali que tivemos o primeiro contato com essa situação do *pinus*. A situação é generalizada e a partir daí que passamos a lidar com isso. Por acaso, não foi uma denúncia direta.

PLP – Então a denúncia tem que ter a notícia e a proximidade da localização...

LLL – Pode ser anônima também, pela internet.

PLP – Tem notícia de que os empreiteiros pagam e até pagam bem o dia de trabalho, mas as condições são péssimas.

LLL – Mas aí retornamos ao conceito. Qualquer uma das três condutas tipifica. Não precisa ser as três juntas. Isoladamente qualquer uma já tipifica o crime e a consequência pra nós é a irregularidade trabalhista também. Não basta que ele esteja recebendo, que ele tenha liberdade de ir e vir, se ele tiver morando num barraco, tomando água de rio sem tratamento, sem banheiro, sem refeitório, já é condição degradante. Ele pode até ser registrado, mas se estiver submetido a condições degradantes é trabalho escravo.

É normal, quando se fala em trabalho escravo, a idéia que temos é da escravidão clássica, já que vivemos num país historicamente escravagista, que durante muitos séculos explorou a escravidão. Então, formou-se a idéia de que o escravo é o negro que vive acorrentado, que mora na senzala e que é propriedade, uma coisa do seu dono e que isso não existe. E de fato, isso tecnicamente não existe, porque a escravidão clássica foi abolida em 1888. É um erro técnico você dizer trabalho escravo, existe trabalho análogo. Então, sobretudo pro leigo, é que hoje não existe mais trabalho escravo. Mas a moderna forma de escravidão é essa que está aí disciplinada no Código Penal, redução a condição análoga à de escravo e que existe aí na porta da nossa casa e diariamente podemos ver. Ninguém

acredita que o sujeito seja levado pra trabalhar do lado de Curitiba pra tomar banho no rio de canequinha, tomar água do rio. Isso eu vi, o sujeito na parte de cima do curso do rio fazia suas necessidades e lá em baixo outro sujeito coletando a água pra fazer comida, pra tomar banho. Um tomando banho com sabão e outro mais em baixo coletando pra fazer o chimarrão. Isso porque não estamos falando de animais. A mesma água que o trabalhador consome é a água que mais acima o gado, ou outros animais, entram tomam, sujam... Aí você tem idéia do que é condição degradante. É você reduzir uma pessoa a uma condição próxima ou igual a de animal. Em algumas propriedades, os bois são muito melhor tratados do que os trabalhadores. As instalações dos bois, curral, onde são alojados é muito melhor do que o barraco que o trabalhador dorme, come... A questão toda está vinculada ao respeito à dignidade da pessoa humana, que é um dos postulados básicos da nossa Constituição. Você pode começar por aí sua monografia...

ANEXO II

ENTREVISTA COM O DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO DR. GERALDO SERATHIUK (DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO)

Realizada em 01/09/2006.

Geraldo Serathiuk – Durante o governo anterior se cometeu um dos maiores crimes de Estado que foi a migração, um milhão e meio de pessoas saíram do campo, do interior do Paraná e vieram para as grandes cidades. Essa região aqui recebeu um milhão de pessoas em dez anos. Então vocês imaginem as conseqüências desse processo todo do ponto de vista urbano, do ponto de vista social, das condições de vida que as pessoas passaram a ter a partir desta migração. Por que isso aconteceu? Porque se investiu muito – tanto crédito, quanto incentivos fiscais – nas empresas de alta tecnologia tanto na cidade quanto no campo, os pequenos proprietários venderam suas terras. E as terras no Paraná se concentraram, as pessoas foram alocadas em Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, nas metropolitanas microrregionais e aqui, que recebeu um milhão de pessoas. O que significou isso? Levas de pessoas. Quem são essas pessoas que vieram pra cá? São catadores de papel, pessoas que fazem limpeza e conservação, esses vigilantes que nós encontramos, são essas leva de trabalhadores que vieram sem qualificação profissional para trabalhar aqui, esperando que teriam acesso ao mercado de alta tecnologia e não tiveram. Como ficou o campo do Paraná? No campo do Paraná entrou o agro-negócio muito fortemente, desmatou o Paraná quase todo para o plantio de cana, soja e para a indústria do frango, do suíno, do agro-negócio das cooperativas de transformação. Então, se formos para o interior do Paraná, na região oeste, noroeste, onde tem a cana, a soja, se verá que é tudo campo. O outro setor em que foi investido, também, foi o setor de reflorestamento, tanto para o papel e a celulose, ou pro setor madeireiro. É este o contexto que vou explicar pra você. Conseqüentemente, gerou-se uma sobra de mão-de-obra muito grande, com todo esse processo migratório, o desemprego estava muito alto e a mão-de-obra ficou sem qualificação profissional, sem educação pro profissional. Então a mão-de-obra ficou a deriva. Como o desemprego estava muito alto no interior, evidentemente, aumentou muito a informalidade. Então, no campo do Paraná, 65% da mão-de-obra é informal. Nós temos, aproximadamente, no Paraná no campo 400.000 (quatrocentos mil) trabalhadores, registrados em torno de 100.000 (cem mil) trabalhadores. O que acontece? As pessoas não imaginavam que no Paraná havia trabalho escravo. Até cito aquela frase “O Haiti também é aqui”, o Piauí é aqui, o Tocantins também é aqui. Quando o IPARDES fez aquele estudo, no início do governo Requião, mostrando que o Paraná tinha o mais baixo IDH da Região Sul em seus Municípios – o Índice de Desenvolvimento Humano – e que tinha Município com número abaixo do próprio Nordeste, todo mundo ficou imaginando que era uma crítica política, mas não, é um estudo técnico, é só ler o estudo do IPARDES que se vai encontrar. Então o que acontece? O Ministério, até por uma política internacional da OIT e de organismos internacionais, esse governo assumiu de forma muito forte o combate ao trabalho escravo. Nós temos, no Ministério do Trabalho, forças-tarefas de combate ao trabalho escravo e grupos móveis de trabalho na área rural. Eu tenho aqui no Paraná uma equipe que faz trabalho móvel no campo, especializada no campo. Evidentemente que o Ministério e o governo foram endurecendo na questão do trabalho escravo. Se vocês entrarem no *sítio* do Ministério do Trabalho, vocês vão

verificar que a questão do trabalho escravo teve uma série de evoluções. Tanto no aspecto fiscal, mas também no sentido de penalização. As empresas passaram a entrar em 'listas negras' de crédito, de comercialização internacional. O governo foi construindo um cerco a esse processo e se combatendo cada vez mais a questão do trabalho escravo. Agora mesmo, saiu uma Instrução Normativa de nº 65, que é o último assunto que se tem sobre esse tema, onde se regulamenta o planejamento fiscal rural e a questão de transporte dos trabalhadores entre Estados, que era uma reivindicação antiga da CONTAG, de que quando o trabalhador sai lá do Piauí, da Bahia, pra trabalhar aqui em qualquer setor econômico, tinha que ser comunicado à DRT de lá, e quando chegado aqui, comunicada à DRT daqui, para que não houvesse esse processo irregular. Eu, durante esse período, como delegado já a mais de três anos, já aconteceu várias vezes, grupos de trabalhadores que vêm de outras regiões para trabalhar em alguns setores chegam e são alojados muitas vezes em condições absolutamente subumanas e que acabam criando rebeliões, quebrando sedes de fazendas, quebram e incendeiam e nós temos que ir lá fazer uma intervenção pra fazer uma negociação e eles retornarem aos seus locais de origem. Nós temos trabalho escravo no Paraná, efetivamente, no setor de reflorestamento. É onde se identifica o trabalho escravo. Este ano, já tirei trabalho escravo em duas situações: uma na região de reflorestamento de Guarapuava e agora – no ano passado retiramos cerca de 80 trabalhadores escravos em Cerro Azul – agora, há 15 dias, tiramos uns 14 trabalhadores em Bocaiúva e em Campo Magro, aqui, do lado de Curitiba. Quem nos trouxe essa informação foi a Dra. Vanda Silva do Tribunal, que me ligou um dia dizendo que 2 trabalhadores tinham conseguido fugir e estavam na Vara do Trabalho em Colombo, e ela me ligou pedindo para ir até lá pegá-los e ir atrás descobrir onde estava a origem. Encontrei depois a Dra. Vanda no aeroporto e contei para ela que havia dado tudo certo. O setor de reflorestamento é o setor que mais tem problema. Por quê? Por causa da terceirização, e não a terceirização formal, mas a terceirização informal, através do "gato". Acontece muito na agricultura também, em várias cadeias produtivas da agricultura, como no setor da mandioca em Paranaíba. Lá não tem trabalhador formal, a mão-de-obra é toda informal por causa do império do "gato". Porque o trabalhador pede para não ser registrado porque o "gato" diz pra ele *"Se você for registrado nesta empresa, daqui a trinta dias quando você sair dela você não tem emprego em outro lugar"*. Então há um império do "gato". E o trabalhador acaba ficando na informalidade, apesar de que a legislação apresenta algumas alternativas: o contrato de safra, o condomínio de empregadores – onde um grupo de empregadores pode fazer uma contratação coletiva e o trabalhador roda nas propriedades, trabalhando. Nós temos condomínio de empregadores no Paraná no setor da laranja, o Ministério tem incentivado muito isso, nós temos na área da mandioca, estamos implantando em vários outros setores, nós estamos investindo muito junto com os sindicatos dos empresários nesta área.

Mas na questão do trabalho escravo, nós verificamos que os empresários acabam contratando "gatos", que levam os trabalhadores e os colocam em condição absolutamente subumana, que são casas/barracos de pau-a-pique, não tem refeitório, não tem condição de higiene, não tem água. E às vezes inclusive levam famílias, com criança junto. São empreitas que eles fazem e colocam as pessoas nestas condições. Evidentemente, nós temos combatido isso fortemente e contamos muito com a ajuda das instituições: Ministério Público, os Tribunais, os Sindicatos dos Trabalhadores (que nos ajudam a denunciar e tirar situações assim). Esse é um

trabalho que tem que ser feito até com uma característica policial, exige muita velocidade, as pessoas às vezes conseguem mudar o ambiente de trabalho para não caracterizar aquela situação. Há também uma situação de risco, pois normalmente neste meio que envolve “gatos”, às vezes se encontram pessoas que são foragidos, ex-detentos, enfim, situações que colocam em risco o nosso próprio profissional. Exige uma certa especialização de quem trabalha nesta área. Uma coisa que acontece é que se regulariza a situação dos trabalhadores, fazendo suas rescisões caso haja necessidade, garantindo seus direitos, multando a empresa. Uma coisa que o Ministério Público Trabalho tem feito nesta área e já tem dado alguns resultados no Brasil é, ao invés de entrar com uma ação civil pública, fazer um termo de ajuste de conduta de reparação, revertendo o dinheiro para as Delegacias, trazendo infra-estrutura, carros, *laptops*, GPS, enfim, toda infra-estrutura que ajuda e dá mais eficácia a todo esse trabalho envolvendo o trabalho escravo.

Não é uma situação fácil, tem-se visto casos que houve a morte de Auditores em outros Estados, é uma situação de risco em que se trabalha, por isso tem que ter uma ajuda da Polícia Civil, Militar, Federal em alguns casos, porque a partir do momento que se está mexendo com pessoas que têm a capacidade de fazer trabalho escravo, evidentemente, está se criando uma situação de risco para todos.

O quadro no Paraná, eu considero, que não está erradicado. O quadro que me preocupa, é que o setor madeireiro no Paraná é o setor que mais enfrentou crise nesses últimos dois anos. Se o emprego no Paraná cresceu nesses três anos e meio, o último um ano e meio o setor madeireiro vem enfrentando uma crise muito forte, são mais de 5.000 (cinco mil) trabalhadores demitidos. Então todo o setor que vive da madeira, desde Palmas, Clevelândia, Irati, Guarapuava, União da Vitória, Rio Negro, imagine o impacto social que isto está tendo. Conseqüentemente, o trabalhador fica mais fragilizado, as pessoas ficam mais dispostas a aceitarem qualquer tipo de trabalho. Fica um ambiente para que pessoas se utilizem do trabalho informal, trabalho escravo. Há poucos dias, a Rede Globo denunciou o caso de Bituruna, em que crianças estavam trabalhando em carvoaria, isso é muito fruto do momento que a região vive. Até mandei uma nota para a imprensa dizendo que aquilo era a ponta de um *iceberg*, é o efeito de uma causa muito maior, a crise no setor madeireiro no Paraná.

Mas não se enfrenta este mesmo problema no setor do papel e da celulose, porque as grandes empresas do papel e da celulose no Paraná – na sua grande maioria são empresas internacionais – elas têm seus grandes maciços florestais, têm todo o seu sistema de manutenção destas florestas de manuseio e normalmente até com quadro próprio dentro das empresas ou através de empresas terceirizadas, mas formais. O maior problema é do setor florestal madeireiro primário, principalmente, as pequenas madeireiras que acabam tendo seus pequenos estoques de madeira e numa tentativa de economia, fazem o trabalho de empreita, que acaba sendo informal e às vezes, além de degradante, acaba sendo escravo.

Priscila Lopes Pontinha – Qual é a metodologia, a forma de trabalho da DRT? Mediante uma denúncia existe a ação fiscal?

GS – Primeiramente, a Delegacia tem uma história de fiscalização. Então pelo próprio acúmulo histórico de informação nós sabemos algumas coisas. Tanto na questão de combate do trabalho infantil, trabalho escravo, nós temos uma memória, nós sabemos quais os segmentos econômicos, as atividades econômicas em que temos uma incidência destas condições. Outro aspecto é a denúncia, ela chega de

todas as formas. Por exemplo: em Guarapuava foi uma denúncia do Ministério Público do Trabalho, em Bocaiúva a informação bateu à porta de um Tribunal, às vezes a denúncia vem pelos sindicatos, às vezes vem anonimamente pelos cidadãos. Uma coisa que eu faço na Delegacia, é dar divulgação forte a tudo. Primeiro pela minha formação pessoal, apesar de ser formado em Direito, tive sempre um trabalho ligado à imprensa. Eu acho de extrema importância colocar os nossos dramas e chagas pra fora. A sociedade tem que ter consciência dos seus esqueletos que às vezes ficam escondidos e não são colocados pra fora. Então, temos que colocar o bom – o crescimento econômico, a geração de emprego... – mas também temos que colocar o mau – o Paraná tem trabalho escravo, tem trabalho infantil. Acho que a partir do momento que se mostra, aparece gente para ajudar e de certa forma se assusta aquele que é o causador, aquele que contrata informalmente o trabalho degradante, de forma escrava, precária. Então, temos que usar essa característica do poder de polícia – e aqui é uma delegacia do trabalho, mas ela tem também um conceito repressivo – tem-se também que utilizar isso do ponto de vista psicossocial para que as pessoas se sintam inibidas em tomar essas atitudes.

PLP- O Senhor crê que ajudaria o aumento da multa administrativa, quais os mecanismos para facilitar o trabalho e melhorar a atuação da DRT?

GS – Acho que o aumento da multa sempre é bom, também essa questão toda da colocação das empresas em ‘listas negras’ ajuda. Agora eu acho que já com a ampliação do poder do Ministério Público do Trabalho, desde a Constituição de 88, e não só o poder legal, mas o poder operacional – não adianta dar poder legal e não ter Procurador, não ter Varas no interior, não ter máquina fiscal -, então como estamos tendo um aumento dessa máquina, particularmente, acho que no governo anterior se teve a recessão e durante um período não teve concurso para Auditor Fiscal, havia um interesse em não fazer isso, o próprio Ministério Público não teve seus concursos como está sendo feito cada vez mais... Hoje nós temos uma boa máquina fiscal, um bom processo de integração entre as instituições, trabalhamos muito de forma conjunta, estamos num período muito bom do ponto de vista de relações do trabalho no Paraná, está muito bem articulado. Conseqüentemente, isso tem ajudado a diminuir cada vez mais esses indicadores de trabalho escravo, trabalho infantil. Essa semana, por exemplo, toda minha equipe está combatendo trabalho infantil na região central do Paraná. Isso é tudo integrado. Na área de acidente de trabalho, estamos fazendo vários trabalhos com montadoras, bancos, tudo integrado. Talvez, não vou afirmar com 100% de certeza, digo que o Brasil não tem problema de máquina fiscal, de lei fiscal, nós temos uma boa legislação – talvez precise de um pequeno aperfeiçoamento aqui ou acolá – mas o que faltava é a integração fiscal. Se somarmos a máquina fiscal da DRT, do Ministério Público do Trabalho, do INSS, dos órgãos ambientais do trabalho, Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária, enfim, tem muita máquina fiscal, evidentemente, precisava integrá-la e aqueles que comandam essas máquinas tenham vontade política. Porque não adianta ter uma Vigilância Sanitária num Município onde o Prefeito recebe o telefonema de um empresário amigo e manda recolher a Vigilância Sanitária. Eu particularmente sou contra que determinados poderes fiscais fiquem nas mãos dos Municípios, acho que o Brasil não tem estágio democrático institucional pra dar poderes fiscalizatórios aos Municípios ainda, porque a ingerência política e econômica sobre o Poder Municipal é muito forte, acho que

esse poder ainda tem que estar na competência federal, estadual. Nós poderíamos ter padrões melhores de relações de trabalho, ambiente de trabalho, meio-ambiente, na área de saúde e segurança do trabalhador no ambiente de trabalho se as Secretarias Municipais exercessem suas competências. Então nós não temos problemas quanto a isso, na minha opinião, o que tem que ser feito é melhorar a integração, articulação. Isso já melhorou muito, cada instituição dentro do seu espaço e competência, contribuindo pra esse processo todo.

Não é um quadro fácil de reversão, porque num adensamento urbano como temos aqui – problema de moradia, desemprego muito forte na região metropolitana, criminalidade alta, problemática ambiental – não basta uma política de geração de emprego, tem que ter infra-estrutura, tem que ter melhorias habitacionais, de urbanização, de arruamento. Mas as instituições já têm melhorado muito.

Agora, com a Emenda Constitucional 45, quantas competências a Justiça do Trabalho não teve ampliadas? Pegue a competência na área de saúde e segurança, de acidentes de trabalho, pergunte à Dra. Vanda Silva quantos peritos do trabalho ela tem no Tribunal? Recebeu a competência, mas não recebeu o recurso humano, nem sempre um ganho legislativo é um ganho real e efetivo de direito, é um processo que se vai construindo.

ANEXO III

TERMOS DE DECLARAÇÕES PRESTADOS POR TRABALHADORES EM SEDE DE PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO PROMOVIDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

* Serão omitidos nomes com o fim de preservar a intimidade dos trabalhadores e o bom andamento das investigações.

“Aos 03 de agosto de 2006 (dois mil e seis), nas instalações da Chácara XXXX, Município de Bocaiúva do Sul, compareceu XXXX XXXX, filho de XXXXX e XXXX, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, domiciliado em Palmital, Pr, na Vila Feliz, e na presença do representante do Ministério Público do Trabalho, Dr. LUERCY LINO LOPES, Procurador do Trabalho, prestou as seguintes declarações:

Que estava em Palmital, Pr., quando foi procurado por AAAAA, para vir trabalhar em Tunas do Paraná e Campo Magro, em fazendas de propriedade de BBBB; que, junto com o Declarante outros 07 (sete) trabalhadores foram, então, colocados numa Van (Besta), fretada por AAAAA e vieram diretamente para Tunas do Paraná, passando a trabalhar na roçada (limpeza) de plantação de *pinus*; que a remuneração combinada com AAAAA foi um salário mínimo “seco”, ou seja, devendo os trabalhadores pagarem todas as despesas com transporte, alimentação, equipamentos de proteção individual e ferramentas; que o frete da Van custou R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta) reais, adiantados por AAAAA, mas que seriam descontados dos trabalhadores (cerca de R\$ 122,00 para cada um); que foram colocados em barracos improvisados na Fazenda em Tunas do Paraná, sem banheiro, sem energia, sem água (a água era proveniente de nascente não tratada), sem refeitório, etc; que realizavam suas necessidades fisiológicas no mato, ao relento; que todos os gêneros alimentícios, cigarros e de higiene (sic) pessoal consumidos pelos trabalhadores eram anotados em uma caderneta de AAAAA ou do seu ajudante CCCCC, para serem posteriormente descontados dos trabalhadores; que nunca obteve nenhum equipamento de proteção individual dos patrões; que, pelo período todo trabalhado só receberam R\$ 300,00, quantia a ser dividida entre todos os trabalhadores; que foram dispensados no dia 02/07/06; que, nas tarimbas existente no barraco não existem colchões, dormindo os trabalhadores sobre tecidos velhos de colchas ou cobertores velhos;” Assinaturas.

“Aos 03 de agosto de 2006 (dois mil e seis), nas instalações da Chácara XXXX, Município de Bocaiúva do Sul, compareceu XXXX XXXX, filho de XXXXX e XXXX, brasileiro, separado, trabalhador rural, portador da CTPS nº xxx-PR, domiciliado em Diamante do Sul, Pr, zona rural (Rio Pinhalito), e na presença do representante do Ministério Público do Trabalho, Dr. LUERCY LINO LOPES, Procurador do Trabalho, prestou as seguintes declarações:

Que estava em Palmital, Pr., quando foi procurado por DDDDD, primo seu, para vir trabalhar em Bocaiúva do Sul, a convite do “empreiteiro” CCCCC; que, junto com o declarante outros trabalhadores também vieram, não sabendo precisar o número exato; que, pelo “empreiteiro” foi dito que ganharia R\$ 18,00 por dia, para trabalhar em serviços de fazenda, no reflorestamento de *pinus* (plantio, roçada, coroamento); que, chegando a Bocaiúva, foi colocado, junto com mais três companheiros, numa construção inacabada, sem janela, sem porta e com piso de chão batido, sem

cozinha ou refeitório; que faz suas necessidades fisiológicas no mato, já que o único banheiro existente fica na casa do gerente e os trabalhadores têm vergonha de freqüentá-lo; que toma banho numa “casinha” de madeira existente no local, utilizando água de torneira, sem qualquer aquecimento; que são os próprios trabalhadores que preparam as suas refeições, dentro do próprio alojamento; que, nas tarimbas existentes no barraco não existem colchões, dormindo os trabalhadores sobre tecidos velhos de colchas ou cobertores velhos; que todos os alimentos e gêneros consumidos pelo Declarante e pelos demais trabalhadores são anotados numa caderneta de propriedade de CCCCC, o ajudante do capataz; que até o presente momento não foi registrado nem recebeu nenhum centavo em dinheiro; que não tem nada de dinheiro, não podendo sequer comprar um maço de cigarros; que os EPIs fornecidos (bota) e as ferramentas (enxada, facão e lima) utilizados são descontados dos trabalhadores; que pretende voltar para Palmital tão logo tenha condições financeiras para tanto;” Assinaturas.

“Aos 03 de agosto de 2006 (dois mil e seis), nas instalações da Chácara XXXX, Município de Bocaiúva do Sul, compareceu AAAAAA, filho de XXXXX e XXXX, brasileiro, casado, encarregado, portador do CPF/MF nº xxxxx, domiciliado em Bocaiúva do Sul, Pr, na rua xxxxxxx, e na presença do representante do Ministério Público do Trabalho, Dr. LUERCY LINO LOPES, Procurador do Trabalho, prestou as seguintes declarações:

Que é empregado da empresa FFFFFFF, de propriedade de GGGGG e BBBBB, exercendo a função de encarregado geral; que, como tal, gerencia os trabalhos nas três fazendas da empresa, localizadas em Bocaiúva do Sul (Fazenda XXXX), Campo Magro e Tunas do Paraná; que, como gerente, é o responsável pela contratação de trabalhadores para as Fazendas da Empresa; que, por ordem de BBBBB e GGGGG, proprietários da Empresa, arregimentou, no dia 24 de junho de 2006, 09 (nove) trabalhadores em Palmital, Pr., para trabalharem nas Fazendas de Campo Magro (07) e Bocaiúva do Sul (02); que, em Campo Magro, trabalhariam no plantio e limpeza de mudas de *pinus* e, em Bocaiúva, executariam trabalhos gerais na Fazenda; que, para a arregimentação dos trabalhadores serviu-se de seu ajudante, sr. CCCCC; que CCCCC é quem se dirigiu a Palmital e, conhecendo os trabalhadores, contratou os seus serviços; que, então, a empresa forneceu uma van (Besta) pararealizar (sic) o transporte dos trabalhadores de Palmital até Campo Magro; que a remuneração ajustada para cada trabalhador foi de R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta) reais por mês; que, até o presente momento, só foi paga, aos trabalhadores, a importância de R\$300,00 (sic); que o valor de frete (Van) foi de R\$850,00 (oitocentos e cinqüenta reais), adiantados pela Empresa, mas que seriam descontados dos trabalhadores; que, no momento da arregimentação, os documentos pessoais dos trabalhadores (CTPS, RG, CPF, etc) foram retidos por seu ajudante, Sr. CCCCC; que o declarante encaminhou os documentos dos trabalhadores para o Escritório da Empresa, para o devido registro; que os trabalhadores foram colocados em alojamentos de madeira, coberto com telha de cimento de amianto; que não havia refeitório ou cozinha, nem banheiro; que a água consumida pelos trabalhadores, para beber, tomar banho, preparar seus alimentos e lavar suas roupas era captada diretamente de um riacho existente no local (fazenda em Campo Magro); que, na Chácara XXXX, em Bocaiúva do Sul, os trabalhadores foram colocados num alojamento precário existente no local, uma construção de alvenaria inacabada, sem janela, sem cozinha ou refeitório, com piso de terra batida,

que todavia, tem banheiro; que os trabalhadores pagam seus próprios alimentos, que são fornecidos pelo Declarante ou por seu Ajudante, CCCCC, para serem descontados posteriormente; que os alimentos, cigarro, remédios, etc fornecidos aos trabalhadores são anotados em cadernetas para posterior desconto dos trabalhadores; que os trabalhadores iniciaram suas atividades na Fazenda de Tunas do Paraná e depois foram levados para Campo Magro e Bocaiúva; que, além dos nove trabalhadores que iniciaram em 24/6/07 (sic), outros três trabalham na Fazenda em Bocaiúva do Sul há mais tempo; que os trabalhadores são: XXXX1, XXXXX2, XXXXX3, XXXXX4, XXXXX5, XXXXX6, XXXXX7, XXXXX8, XXXXX9.” Assinaturas.

“Aos 03 de agosto de 2006 (dois mil e seis), nas instalações da Chácara XXXX, Município de Bocaiúva do Sul, compareceu CCCCC, filho de XXXXX e XXXX, brasileiro, amasiado, sub-encarregado, domiciliado em Bocaiúva do Sul, Pr, na Chácara XXXX, e na presença do representante do Ministério Público do Trabalho, Dr. LUERCY LINO LOPES, Procurador do Trabalho, prestou as seguintes declarações:

Que é empregado da empresa FFFFFFF, de propriedade de GGGGG e BBBBB, sendo que lhe prestou serviços como “empreiteiro” por cerca de 01 ano, anteriormente, exercendo a função de auxiliar do encarregado geral; que, como tal, ajuda diretamente o gerente, Sr. AAAAAA, nos trabalhos nas três fazendas da empresa, localizadas em Bocaiúva do Sul (Fazenda XXXX), Campo Magro e Tunas do Paraná; que é o declarante quem localiza e contata com os trabalhadores que são contratados pela empresa para os serviços na Fazenda; por ordem de AAAAA, arregimentou, no dia 24 de junho de 2006, 09 (nove) trabalhadores em Palmital, Pr., para trabalharem nas Fazendas de Campo Magro (07) e Bocaiúva do Sul (02); que, em Campo Magro, trabalhariam no plantio e limpeza de mudas de *pinus* e, em Bocaiúva, executariam trabalhos gerais na Fazenda; que, então, a empresa forneceu uma van (Besta), contratada pelo Declarante, para realizar o transporte dos trabalhadores de Palmital até Campo Magro; que a remuneração ajustada para cada trabalhador foi de R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta) reais por mês, equivalente a um salário mínimo (sic), mas eles poderiam ganhar mais até R\$800,00 (oitocentos) reais por mês, de acordo com a produção; que, até o presente momento, só foi paga, aos trabalhadores, a importância de R\$300,00 (sic); que o valor de frete (Van) foi de R\$850,00 (oitocentos e cinquenta reais), adiantados pela Empresa, mas que seriam descontados dos trabalhadores; que, no momento da arregimentação, os documentos pessoais dos trabalhadores (CTPS, RG, CPF, etc) foram retidos pelo Declarante; que o declarante encaminhou os documentos dos trabalhadores para o Escritório da Empresa, para o devido registro; que os trabalhadores foram colocados em alojamentos de madeira, coberto com telha de cimento de amianto; que não havia refeitório ou cozinha, nem banheiro; que a água consumida pelos trabalhadores, para beber, tomar banho, preparar seus alimentos e lavar suas roupas era captada diretamente de um riacho existente no local (fazenda em Campo Magro); que, na Chácara XXXX, em Bocaiúva do Sul, os trabalhadores foram colocados num alojamento precário existente no local, uma construção de alvenaria inacabada, sem janela, sem cozinha ou refeitório, com piso de terra batida, que todavia, tem banheiro; que os trabalhadores pagam seus próprios alimentos, que são fornecidos pelo Declarante ou por AAAAA, para serem descontados posteriormente; que os alimentos, cigarro, remédios, etc fornecidos aos

trabalhadores são anotados em cadernetas para posterior desconto dos trabalhadores; que as anotações dos gêneros consumidos pelos trabalhadores são feitas pelo Declarante; que os trabalhadores iniciaram suas atividades na Fazenda de Tunas do Paraná e depois foram levados para Campo Magro e Bocaiúva; que, além dos nove trabalhadores que iniciaram em 24/6/06, outros três trabalham na Fazenda em Bocaiúva do Sul há mais tempo (cerca de dois anos); que os trabalhadores são: XXXX1, XXXXX2, XXXXX3, XXXXX4, XXXXX5, XXXXX6, XXXXX7, XXXXX8, XXXXX9, XXXXX10, XXXXX11, XXXXX12.” Assinaturas.

ANEXO IV**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO NO PRESENTE CASO****TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº xxx****Procedimento Investigatório nº xxxx**

Às 10h15 do dia 04 de Agosto de 2006, na sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, com a presença do Excelentíssimo Procurador do Trabalho, Dr. Luercy Lino Lopes, compareceu a empresa FFFFFFF, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxx, com endereço à Rua xxxxxxxx – Tunas do Paraná/PR, representada pela Sra. xxxxxxxxxx, Contadora, CI/RG nº xxxxxxxx, acompanhada pelo Dr. xxxxxxxxxx, Advogado, OAB/PR nº xxxx, para, na forma do artigo 5º, parágrafo 6º, da Lei nº 7.347/85 e artigo 113 da Lei nº 8.078/91, firmar compromisso de ajuste de conduta, nos seguintes termos:

A empresa requerida acima qualificada compromete-se a:

1. Desde já, abster-se terminantemente de admitir ou manter trabalhador aos seus serviços sem portar ou possuir a Carteira de Trabalho e Previdência Social (art. 13, CLT);
2. Desde já, abster-se terminantemente de admitir ou manter trabalhador aos seus serviços, seja em atividades rurícolas ou urbanas sem o devido registro no livro competente e sem a necessária anotação do contrato de trabalho na CTPS do trabalhador (arts. 29, Parágrafo 2º e 41, da CLT);
3. Desde já, abster-se terminantemente de manter empregado sob condições contrárias às disposições de proteção ao trabalho (art. 444, CLT);
4. Desde já, abster-se terminantemente de deixar de efetuar o pagamento dos salários mensais dos empregados até o quinto dia útil subsequente ao mês trabalhado (art. 459, I, CLT);
5. Desde já, abster-se terminantemente de efetuar quaisquer descontos dos salários dos empregados, salvo os resultantes de adiantamentos salariais ou dispositivos de Lei ou instrumento normativo (art. 462, CLT);
6. Desde já, abster-se terminantemente de se utilizar de trabalhadores aliciados por empreiteiros ou “gatos”, deixando de terceirizar, fraudulentamente, quaisquer atividades vinculadas ou necessárias à consecução da finalidade existencial das suas propriedades rurais;
7. Desde já, assegurar à totalidade dos seus trabalhadores alojamentos com adequados dormitórios, separados por sexo, para uso, no máximo, de quatro

trabalhadores por dormitório, munidos de armários individuais, piso impermeável, lavável e cobertura com telha cerâmica (NR 24.8; NR 24.5.9; NR 24.5.21 e NR-31, Portaria 3214/78);

8. Desde já, dotar os alojamentos com instalações sanitárias separadas por sexo dos trabalhadores, na proporção mínima de um conjunto (vaso com descarga, chuveiro e pia) para cada vinte empregados, com fossa séptica (NRs. 24.1.2.1; 24.1.11 e NR-31);

9. Desde já, manter a higienização permanente das instalações sanitárias (NR 24.1.3 e NR-31);

10. Desde já, garantir aos trabalhadores refeitório em local coberto, arejado, munido de piso lavável, mesas e assentos, água potável disponível e lavatórios acessíveis (NR- 24.3.15.2), bem como estufa, fogão ou similar que assegure o preparo e o aquecimento das refeições dos trabalhadores;

11. Desde já, manter nas frentes de trabalho, abrigos, mesmo que rústicos, que assegurem proteção aos trabalhadores contra as intempéries e eventual conforto mínimo, na tomada de refeições; assegurar, ainda, o fornecimento de recipientes térmicos que mantenham aquecidas as refeições dos trabalhadores que se alimentam nas frentes de trabalho (NRs. 24.6.3.1 e 21.1 e NR-31);

12. Desde já, assegurar o fornecimento, nos alojamentos e em todos os locais de trabalho, de água potável e de recipientes térmicos para o seu transporte até as frentes de serviços (NR-24.7.1.2- NR-31);

13. Desde já, assegurar a todos os trabalhadores o fornecimento GRATUITO dos equipamentos de proteção individual adequados ao risco (calçados, chapéu e luvas, minimamente) e promover a sua substituição periódica, em caso de desgaste pelo uso, danificação ou perda (NR-31);

14. Desde já, fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, com reposição permanente, vestimentas adequadas à execução dos serviços, consistentes, basicamente, em calças e camisas resistentes;

15. Desde já, submeter seus trabalhadores a exames médicos admissionais, periódicos e demissionais (NR- 07 e NR-31);

a) Desde já, manter disponíveis nos locais de trabalho os materiais destinados à prestação de primeiros socorros e recursos mínimos para atendimento de urgência (NR-31);

b) Desde já manter trabalhador designado e treinado para desempenhar as funções da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (NR-5);

c) Desde já, abster-se de manter trabalhadores operando motosserras sem que tenha sido habilitado por curso conforme disposto na NR-31;

- d) Considerando as condições absolutamente degradantes em que foram encontrados, pelos Auditores Fiscais do Trabalho, os trabalhadores contratados para a execução de serviços de reflorestamento, numa total violação aos princípios mínimos da dignidade humana desses obreiros, obriga-se ainda o Signatário a pagar, a cada um dos trabalhadores, uma indenização por danos morais correspondente a 01 (um) salário mínimo regional, a ser inserida em seus respectivos termos de rescisão de contrato de trabalho, compondo as respectivas verbas rescisórias; fica esclarecido que essa indenização, de natureza individual, não se confunde com eventual indenização por dano moral coletivo, de natureza jurídica e finalidade absolutamente distintas;
- e) Desde já, abster-se terminantemente de admitir ou manter em atividade trabalhadores com menos de 16 anos, para qualquer atividade, e com menos de 18 e mais de 16 anos em atividades perigosas, penosas ou insalubres;
- f) Providenciar, no dia 04/08/06, a partir das 13:00 horas, nas instalações da Delegacia Regional do Trabalho, o registro de todos os trabalhadores constatados pela Fiscalização em atividade de serviços de reflorestamento nas fazendas de Campo Magro/PR e Bocaiúva do Sul/PR, bem como providenciar a rescisão de todos os contratos de trabalho, observando o efetivo período trabalhado por cada trabalhador, com pagamento de todas as verbas rescisórias devidas (saldo salarial, aviso prévio, férias e décimo terceiro salário proporcionais, FGTS e multa rescisória e indenização pelo dano moral individual – cláusula 19 retro). As rescisões serão assistidas por auditores fiscais do trabalho, que farão a devida homologação.

16. Como forma de indenização por dano moral coletivo decorrente das violações legais perpetradas pela empresa, relativamente à forma de contratação e manutenção dos trabalhadores, pagará a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em 12 parcelas mensais consecutivas de R\$ 1.666,00 (hum mil, seiscentos e sessenta e seis reais), iniciando-se no dia 10.09.06; essa indenização será destinada a duas entidades beneficentes, idôneas e reconhecidas oficialmente de utilidade pública; as parcelas serão doadas às respectivas entidades em gêneros por elas indicados, sendo vedado o pagamento em dinheiro; ao final das 12 parcelas, a empresa comprovará o cumprimento da obrigação juntando aos autos os comprovantes respectivos (notas ou cupons fiscais e recibos de entrega das mercadorias);

17. Pelo descumprimento de cada uma das obrigações deste Termo de Compromisso, pagará o signatário multa (“*astreinte*”) de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) por trabalhador encontrado em situação irregular, reversível ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), nos termos dos artigos 5, parágrafo sexto, e 13 da Lei n. 7.347/85, ficando constituído em mora a partir do momento da constatação do inadimplemento das obrigações pelo Ministério Público do Trabalho ou pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego; pagará ainda, para cada

trabalhador que for encontrado trabalhando em condições degradantes, indenização por danos morais individuais no valor equivalente a 01 (um) salário mínimo regional por mês ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho prestado. Estipula-se, outrossim, com expressa concordância do signatário, que os autos de infração eventualmente lavrados e/ou os relatórios de inspeção firmados por auditores fiscais do trabalho ou por membros do Ministério Público do Trabalho constituirão prova bastante de eventual descumprimento das obrigações.

18. Esclarece-se que o texto do artigo 876 da Consolidação das Leis do Trabalho, com a nova redação dada pela Lei n. 9.958, de 12.01.2000, confere ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta o caráter de título executivo extrajudicial e autoriza que a sua execução seja realizada perante a Justiça do Trabalho, desde que haja o inadimplemento de qualquer obrigação assumida neste instrumento.

19. Estando o Signatário esclarecido e de acordo com as estipulações acima, firma em caráter irrevogável o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, em (03) vias de igual teor, para que produza todos os seus efeitos.

Luercy Lino Lopes
Procurador do Trabalho

xxxxxxxxxxxxx
Preposta/Empresa

xxxxxxxxxxxxxxxxx
Advogado/Empresa

xxxxxxxxxxxxx
Analista Administrativo